



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS – UASG 929630

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais destinados à execução de serviços de limpeza e higienização, para uso na rotina diária de limpeza e conservação do patrimônio da Câmara Municipal de Divinópolis/MG.

Observação: Havendo divergência do descritivo do item cadastrado no Portal Comprasnet com o do Edital, prevalecerá o descritivo do Edital.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (ESTIMADO): R\$ 71.541,92(Setenta e um mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos).

DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 14 (quatorze) horas do dia 15/06/2026

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 15/06/2026 às 14h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Grupo

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado.

EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM.

PLATAFORMA DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL:
www.comprasnet.gov.br



Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	13
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	15
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	18
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	19
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	23
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	26
8. DOS RECURSOS.....	31
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	32
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	37
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	37

**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026**

(Processo Administrativo nº90015/2026)

Torna-se público que a CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS, sediada na Rua São Paulo, 277, Centro, CEP 35500.006, Divinópolis/MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 15.995/23 e demais legislações aplicáveis nos termos do Decreto Municipal nº 15.980/23 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste PREGÃO ELETRÔNICO, a contratação de empresa para fornecimento de materiais destinados à execução de serviços de limpeza e higienização, para uso na rotina diária de limpeza e conservação do patrimônio da Câmara Municipal de Divinópolis/MG conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e especificações da tabela abaixo:

Grupo 1						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ÁGUA SANITÁRIA, com ação bactericida/germicida. Composição: Hipoclorito de sódio, Água e teor de cloro ativo de 2 a 2,5%, frasco de 02 litros. Cor: Incolor, Aplicação: Lavagem e Alvejante de Roupas, limpeza de Banheiros, Pias e pisos Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	292730	Un	300	R\$ 7,86	R\$ 2.358,00
02	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO, aspecto físico: LÍQUIDO, 46º INPM, embalagem de 01 litro Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	429961	Un	250	R\$ 8,42	R\$ 2.105,00
03	ÁLCOOL em GEL, 70º INPM, embalagem plástica com 500gr, ação germicida e bactericida, aroma	429225	Un	50	R\$ 8,04	R\$ 402,00



	característico Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa					
04	DESINFETANTE DE USO GERAL, concentrado, Solúvel em água, ação germicida e bactericida, acondicionado em embalagem 02 litros, de 1ª Linha, fragrância lavanda ou floral. Embalagem deverá conter as informações gerais do produto como: Orientações ao usuário, Composição e dados do fabricante Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	*381409	Un	250	R\$ 9,62	R\$ 2.405,00
05	DETERGENTE LÍQUIDO, lava louças, neutro, fórmula concentrada com tensoativos, biodegradável, Neutro Alto poder desengordurante, Hipoalergênico, Aspecto físico Viscoso, Testado Dermatologicamente, embalagem plástica de 500 ml. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	303276	Un	600	R\$ 2,64	R\$ 1.584,00
06	Essência Concentrada para limpeza, fragrância floral ou lavanda, frasco 120 ml Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	369045	Un	60	R\$ 12,20	R\$ 732,00
07	LIMPA CARPETE, ação tira manchas e eliminação de odores, limpeza a seco de carpetes e estofados, frasco com 500 ml. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	467158	Un	26	R\$ 33,98	R\$ 883,48
08	LIMPADOR MULTIUSO, ação detergente e desengordurante, utilizado para limpeza de pisos e superfícies laváveis, solúvel em água, acondicionado em embalagem plástica de 500 ml, Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	249903	Un	250	R\$ 5,49	R\$ 1.372,50
09	PASTA PINHO, sabão pastoso concentrado para limpeza pesada. Alto poder desengordurante, ideal para limpeza de cozinhas, banheiros, áreas industriais e superfícies de difícil limpeza, como piso e azulejos. Frasco de 02 litros. Aroma agradável, Aspecto físico pastoso, biodegradável. Composição: Óleo Pinho, Tensoativo Aniônicos Embalagem deverá conter as informações gerais do produto como: Orientações ao usuário, Composição e dados do fabricante Acondicionada em Embalagem original do Fabricante, Com dados do Responsável Técnico, Lote, Data de Fabricação, Validade, Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	357378	Un	180	R\$ 18,76	R\$ 3.376,80
10	SABÃO EM BARRA, glicerinado, neutro, contendo 5(cinco) barras, 180g cada. Deve conter na embalagem a informação testado dermatologicamente.	238156	Pct	80	R\$ 12,23	R\$ 978,40



11	SABÃO EM PÓ, embalagem com no mínimo 800g. Composição: tensoativo aniônico, coadjuvantes, branqueador óptico, corantes, fragrância, carga e água. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	234325	Cx	80	R\$ 13,09	R\$ 1.047,20
12	SABONETE LÍQUIDO ASSÉPTICO, com substância hidratante, alta viscosidade e espuma espessa, testado dermatologicamente, embalagem 5 litros, de 1ª linha, fragrância floral ou erva doce Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa. Deve conter na embalagem a informação: "Dermatologicamente testado"	253197	Un	40	R\$ 38,95	R\$ 1.558,00
13	SAPONÁCEO CREMOSO, aspecto físico pastoso, alto poder de limpeza e desengordurante, frasco com 250 ml, fórmula com tensoativo, biodegradável. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa.	252683	Un	80	R\$ 13,03	R\$ 1.042,40
14	TIRA LIMO, limpador para banheiro com cloro ativo, ação germicida e bactericida, frasco com 500ml, alto poder de remoção de sujeira e gorduras Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa.	314815	Un	60	R\$ 13,21	R\$ 792,60
TOTAL ESTIMADO GRUPO 1					R\$ 20.637,38	

*Código do item 4 substituído, pois o código apresentado no TR foi suspenso no compras.gov.

Grupo 2						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	BALDE PARA LIMPEZA, fabricado em plástico reforçado, com alça de ferro, cor preta, capacidade mínima 12lts, apoio externo para as mãos no fundo.	286790	Un	4	R\$ 18,05	R\$ 72,20
16	ESCOVA MANUAL MULTIUSO (lavagem de roupa), formato oval, cerdas em nylon, dimensões aprox. 13 x 7cm	448501	Un	4	R\$ 5,60	R\$ 22,40
17	ESPONJA LÃ DE AÇO, pacotes com 08 unidades, 60g, utilizado para limpeza de utensílios domésticos	296307	Pct	50	R\$ 2,91	R\$ 145,50
18	ESPONJA SINTÉTICA MULTIUSO formato retangular e dupla face, embalagem com 4 unidades, composição em espuma e fibra sintética verde e amarela	232372	Un	120	R\$ 4,95	R\$ 594,00
19	FLANELA PARA LIMPEZA, branca, 40x60cm, fabricada em tecido 100% algodão, material ultra macio, destinada para limpeza e polimento de moveis, bordas com acabamento em overlok	283806	Un	130	R\$ 4,71	R\$ 612,30
20	LIXEIRA DE PLÁSTICO, sem tampa, 15 litros, plástico reforçado, cor bege ou branca, formato cilíndrico	419819	Un	10	R\$ 19,64	R\$ 196,40
21	LIXEIRA DE PLÁSTICO, polipropileno resistente, 100 litros, com tampa e alça, cor preta, dimensões	254029	Un	2	R\$ 76,81	R\$ 153,62



	aproximadas 57cm (diâmetro) x 78 cm Altura					
22	LUVA DE BORRACHA MULTIUSO PARA LIMPEZA, reforçada, utilizada para serviços gerais, antitranspirante, flexível e anatômica, resistente a produtos químicos, pacote contendo 01(um) par. Tamanho M	355688	Par	12	R\$ 10,91	R\$ 130,92
23	LUVA DE BORRACHA MULTIUSO PARA LIMPEZA, reforçada, utilizada para serviços gerais, antitranspirante, flexível e anatômica, resistente a produtos químicos pacote contendo 01(um) par. Tamanho G	355687	Par	12	R\$ 10,18	R\$ 122,16
24	LUVA PARA LIMPEZA PESADA, antiderrapante, punho longo, forro interno, resistente a produtos químicos e agentes biológicos, pacote contendo 01 (um) par, Tamanho G - CA25313	302072	Par	24	R\$ 25,09	R\$ 602,16
25	PÁ COLETORA DE LIXO, base plástica e cabo longo rosqueável, comprimento mínimo 60 CM	477057	Un	2	R\$ 21,54	R\$ 43,08
26	PANO DE CHÃO EXTRA GRANDE, Qualidade Premium, trama fechada, recomendado para limpeza pesada ou industrial, saco duplo, alvejado, tamanho 55cm X 80cm (ou superior), Tecido mínimo 85% Algodão, Alto poder de absorção e costura dupla nas bordas. Gramatura mínima 240g/m²	413363	Un	130	R\$ 10,72	R\$ 1.393,60
27	PANO DE PRATO, liso, branco com acabamento em bainha (dobra de tecido) nos 4 lados, tecido macio e com alto poder de absorção, tamanho: 70cm x 50cm, 100% algodão. Gramatura mínima 180 g/m²	238347	Un	30	R\$ 4,03	R\$ 120,90
28	RODO 40 cm, cabo rosqueável com comprimento mínimo de 120 cm, base em material plástico resistente, lâmina dupla em borracha de alta qualidade	446184	Un	10	R\$ 17,32	R\$ 173,20
29	SACO DE LIXO, cor preto, 100 lt, de 0,75 X 1,05 m reforçado, fardo c/ 100 un., de 1ª Linha. Espessura a partir de 0,08mm a 0,10mm	345596	Frd	60	R\$ 20,16	R\$ 1.209,60
30	SACO DE LIXO, cor preto, 15lt, de 38X55 cm, reforçado, fardo c/ 100 un., de 1ª Linha.	403320	Frd	60	R\$ 55,18	R\$ 3.310,80
31	VASSOURA DE PIAÇAÇA, cerdas em piaçava, cabo de madeira plastificada com 120 cm, cepa de madeira com revestimento em metal, comprimento cepa 20, comprimento cerdas mínimo 15 cm	226137	Un	10	R\$ 36,37	R\$ 363,70
32	VASSOURA DE PELO, cerdas em pelo sintético, cepa 40cm, cepa e cabo de madeira	344460	Un	7	R\$ 16,84	R\$ 117,88
33	VASSOURA SANITÁRIA, sem suporte, cerdas em Nylon, corpo de limpeza em formato redondo, cabo em plástico resistente, tamanho 35 cm, Cor branca	331870	Un	12	R\$ 6,56	R\$ 78,72
TOTAL ESTIMADO GRUPO 2					R\$ 9.463,14	

Grupo 3						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
34	PAPEL HIGIÊNICO, rolo institucional, fardo com 08 rolos, dimensões 10 cm (largura) por 300 metros, branco, folha simples, macio ou ultra macio, alta absorção, 100% celulose não reciclado	297836	Frd	120	R\$ 68,22	R\$ 8.186,40
35	PAPEL HIGIÊNICO, de primeira linha, macio ou ultra macio, folha dupla de alta qualidade, neutro, 100% celulose não reciclado, picotado, embalagem de 04 rolos, com 30 metros cada, fardo total de 64 rolos (16X4).	301139	Frd	60	R\$ 90,40	R\$ 5.424,00



36	PAPEL TOALHA INTERFOLIADO de alta absorção, branca, fardo contendo 1.000 folhas, medida mínima 20x21 cm, 100% celulose, não reciclado, Gramatura: entre 19g/m² e 25g/m²	301135	Frd	1000	R\$ 17,15	R\$ 17.150,00
37	GUARDANAPO DE PAPEL, branco neve, confeccionado em papel absorvente, macio, atóxico, folha simples texturizada 23x22 cm, Fabricado em fibras celulósicas não recicladas, embalagem com 100 guardanapos	293348	Pct	80	R\$ 5,60	R\$ 448,00
TOTAL ESTIMADO GRUPO 3					R\$ 31.208,40	

Grupo 4						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
38	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS, Polipropileno(PP), aplicação em Líquidos frios e quentes, volume de 200 ml, acondicionados em caixa com 25 pacotes de 100 unidades. (Total de 2.500 copos/caixa). Adequado à Norma ABNT 14865.	419219	Pct	1500	R\$ 6,29	R\$ 9.435,00
39	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS, Polipropileno(PP), aplicação em Líquidos frios e quentes, volume de 50 ml, acondicionados em caixa com 25 pacotes de 100 unidades. (Total de 2.500 copos/caixa). Adequado à Norma ABNT 14865.	461329	pct	200	R\$ 3,99	R\$ 798,00
TOTAL ESTIMADO GRUPO 4					R\$ 10.233,00	

1.1.1. Havendo qualquer inconsistência nos códigos CATMAT dos itens apresentados na tabela, prevalecerão aqueles constantes neste Edital.

1.1.2. Havendo divergências entre as descrições dos itens constantes neste edital e e aquelas constantes no catálogo do Compras.gov.br (CATMAT), prevalecerá a descrição constante neste edital.

1.1.3. Para efeito de análise e aprovação dos produtos fornecidos, serão consideradas como dimensões aproximadas, aquelas que não excederem o intervalo de tolerância estipulado pela Contratante. Assim, itens entregues em dimensões diferentes das apresentadas nas especificações da tabela acima, poderão ser aceitos caso a divergência não exceda até 10% as dimensões estipuladas, desde que esta divergência não acarrete prejuízos para a Administração.

1.1.4. As quantidades especificadas na tabela acima se referem ao limite máximo a ser consumido anualmente.

1.1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 42, II, da Portaria nº 188/23 desta Câmara Municipal.

1.1.6. Os materiais objeto desta contratação são caracterizados como comuns e de uso contínuo, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas para manutenção das condições sanitárias e da rotina operacional do órgão.

1.1.7. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados a partir da assinatura do



contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, até a vigência máxima de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Sugestões de marcas ou modelos de referência

1.2. Para a presente aquisição, sugere-se como referência para os produtos ofertados as marcas dispostas a seguir, ou outras de qualidade similar ou superior:

- 1.2.1. Item 01: Água Sanitária - Referência: Kboa, Santa Clara, Marina;
- 1.2.2. Item 04: Desinfetante de uso geral - Referência: Lysoform, Azulim, Santa Clara;
- 1.2.3. Item 05: Detergente líquido – Referência: Limpol, Minuano;
- 1.2.4. Item 07: Limpa carpete – Referência: Vanish, Semorin, Qualitá;
- 1.2.5. Item 08: Limpador multiuso – Referência: Veja, Ajax, UAU;
- 1.2.6. Item 09: Pasta Pinho – Referência: Marina;
- 1.2.7. Item 12: Sabonete Líquido – Referência: Dove, Only, Elite;
- 1.2.8. Item 13: Saponáceo cremoso – Referência: Radium, Cif, UAU;
- 1.2.9. Itens 22, 23, 24: Luva de borracha multiuso – Referência: Worker, Super Safety, Volk;
- 1.2.10. Itens 29 e 30: Saco de lixo 15 e 100 litros - Referência: Sanremo, Embalixo, Esfrebom;
- 1.2.11. Item 34: Papel higiênico rolo 300 metros – Alveflor, Elite, Sapel;
- 1.2.12. Item 35: Papel Higiênico rolo 30m – Referência: Personal, Neve, Cotton Deluxe;
- 1.2.13. Item 36: Papel toalha interfoliado – Referência: Scott, Elite, Santher;
- 1.2.14. Itens 38 e 39: Copos plásticos descartáveis – Referência: Ecocopo, Coposul, Copomais;

1.3. As marcas indicadas são mera referência, ou seja, um parâmetro de qualidade do objeto a ser adquirido. Tal indicação tem por finalidade facilitar a descrição dos itens para melhor entendimento dos licitantes, não sendo obrigatória a adoção de tais marcas. Serão aceitos produtos de qualidade reconhecidamente equivalente ou superior às referenciadas.

Exigência de demonstração de qualidade por meio de amostras

1.4. Para os produtos relacionados na tabela abaixo far-se-á necessária a exigência de demonstração de qualidade, por meio de envio de amostras dos produtos à Contratante, a fim de verificar se o produto ofertado pelo licitante vencedor da fase de lances atende às especificações exigidas por este edital.



Grupo	Amostras a serem apresentadas
1	Itens 04; 05; 08; 09; 12; 13
2	Itens 19; 22; 23; 24; 26; 27; 29; 30
3	Itens 34; 35; 36
4	Itens 38; 39

1.5. As amostras deverão ser entregues na Diretoria de Administração e Suprimentos da Câmara Municipal de Divinópolis, situada na Rua São Paulo, nº 277, Sala 31, Praça Jovelino Rabelo, Centro, Divinópolis (MG), no horário compreendido entre 12 e 18 horas, em dias úteis, no prazo limite de até 7 (sete) dias úteis após a notificação enviada pela agente de contratação, sendo que a licitante assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega, sob pena de desclassificação.

1.5.1. A(s) amostra(s) deverá(ão) conter identificação da empresa fornecedora e indicação do número do processo administrativo ao qual se refere.

1.6. Os produtos serão avaliados por servidores da Câmara Municipal de Divinópolis, sob orientação da secretaria Geral, e os resultados das avaliações serão comunicados aos licitantes pelo campo “chat” da plataforma de compras do Governo Federal – compras.gov.br e serão disponibilizados no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Divinópolis.

1.7. A análise dos produtos será subdividida em duas etapas. Na primeira etapa, cada item enviado será avaliado em relação às especificações constantes em sua embalagem, a fim de se aferir a compatibilidade dos produtos com as exigências apresentadas nas tabelas do tópico 1.1. Os produtos aprovados na primeira etapa da avaliação, serão submetidos à segunda etapa, que consiste em uma análise de qualidade e desempenho, na qual serão verificados os requisitos abaixo listados:

1.7.1. Para o Item 04 (desinfetante de uso geral): Para a análise deste item, será avaliado se os produtos estão acondicionados em embalagens resistentes e apropriadas para estocagem, se o líquido apresenta odor e consistência compatíveis e se não deixa resíduos após sua utilização. O produto será aplicado em uma superfície previamente limpa para que seja aferida a longevidade do aroma, e se há geração de possíveis resíduos do produto sobre a superfície após o uso.

1.7.2. Para o item 05 (detergente líquido): Será avaliado se o líquido não apresenta consistência excessivamente fluida, se o produto faz a devida limpeza de utensílios de cozinha, a quantidade de espuma produzida ao ser utilizado e se não é necessária uma quantidade excessiva de produto para se obter o resultado esperado. Para tanto, com o auxílio de uma espuma, o produto será testado na higienização de vasilhames, copos ou outros utensílios de cozinha.

1.7.3. Para o item 08 (limpador multiuso): Será avaliado se o líquido não apresenta consistência excessivamente espessa, se o produto faz a devida limpeza e se não é necessária uma quantidade excessiva de produto para se obter o resultado esperado. A análise será efetuada utilizando-se uma pequena quantidade do produto em um pano limpo e este será utilizado para a limpeza de uma superfície visivelmente suja.

1.7.4. Para o item 09 (Pasta pinho): Será avaliado se o produto não apresenta consistência excessivamente fluida, se o produto possui bom poder de limpeza e desengordurante, e se não é necessária



uma quantidade excessiva de produto para se obter o resultado esperado.

1.7.5. Para o item 12 (sabonete líquido): Será avaliado se o líquido não apresenta consistência excessivamente fluida, se o produto faz a devida limpeza, o nível de espuma gerada ao ser utilizado, se não é necessária uma quantidade excessiva de produto para se obter o resultado esperado, além do aroma deixado pelo produto na superfície higienizada.

1.7.6. Para o item 13 (Saponáceo Cremoso): Na avaliação deste item serão analisados poder de limpeza, consistência do produto e aroma. Assim, o produto fornecido deverá possuir aroma agradável, consistência cremosa e alto poder de limpeza em superfícies sujas e engorduradas como azulejos e vidros. Além disso, o produto não deve deixar resíduos após o enxágue da superfície.

1.7.7. Para o item 19 (Flanela para limpeza): Nesta análise busca-se avaliar se os produtos apresentam as especificações de material e tamanho exigidas no Termo de Referência, se o acabamento nas bordas impede o desprendimento de fios do tecido e se sua utilização não gera resíduos de tecido sobre a superfície. O produto será testado em uma superfície previamente umedecida e analisado o seu poder de absorção e os resíduos deixados sobre a superfície.

1.7.8. Para os itens 22, 23 e 24 (luvas para limpeza): Nesta avaliação, será verificado se o material não é frágil ou pouco espesso e se é devidamente impermeável, trazendo segurança em sua utilização. Para a avaliação, o produto será retirado da embalagem e levemente esticado para comprovação de sua resistência e maleabilidade. Em seguida, o produto será vestido por um usuário e este depositará suas mãos em um balde com água durante 60 segundos. Tal medida permitirá uma aferição da permeabilidade e estanqueidade do material, garantindo que não haja contato da pele do usuário com os produtos durante a sua utilização. Ressalta-se que o item 24 deverá possuir espessura e resistência mecânica superior aos itens 22 e 23, uma vez que será utilizado para limpeza pesada e com maior risco aos usuários

1.7.9. Para o item 26 (Pano de Chão): Nesta análise busca-se avaliar se o produto apresenta as especificações de material e tamanho descritas no Termo de Referência, se o acabamento nas bordas impede que o material se deteriore facilmente durante o uso e se o material possui poder de absorção compatível com sua finalidade. O produto será testado em uma superfície consideravelmente molhada de maneira a se observar a sua capacidade de absorver a água desta superfície. Ressalta-se que o produto deverá ter trama fechada e elevada gramatura para uma maior resistência durante sua utilização. Não serão aprovados produtos fabricados com tramas abertas.

1.7.10. Para o item 27 (Pano de Prato): Nesta análise busca-se avaliar se o produto apresenta as especificações de material e tamanho descritas no Termo de Referência, se o acabamento nas bordas impede que o material se deteriore facilmente durante o uso e se o material possui poder de absorção compatível com sua finalidade. Para tanto, o material será medido com o auxílio de uma régua, e utilizado para secar utensílios previamente molhados, tais como copo, prato ou panela, de forma a permitir a análise do seu poder de absorção.

1.7.11. Para o item 29 e 30 (sacos de lixo): Serão avaliadas as dimensões, espessura e resistência dos materiais. Para aferição da resistência do material, o mesmo será testado utilizando uma carga compatível com o disposto na NBR 9191.

1.7.12. Para os itens 34 e 35 (Papel higiênico): Nesta avaliação será verificada a espessura, coloração, grau de maciez e resistência dos produtos.



1.7.13. Para o item 36 (papel toalha interfoliado): Nesta avaliação, será analisado se o material seca satisfatoriamente as mãos, se possui as medidas corretas e se é da cor branca. Serão retiradas 03 folhas e analisado o desempenho destas para a secagem das mãos. Após isso, será retirada mais uma folha e, com o auxílio de uma régua, verificado se as dimensões condizem com os dados da embalagem.

1.7.14. Para os itens 38 e 39 (copos plásticos descartáveis): Nesta análise, será avaliado se o copo não se quebra ao ser retirado da embalagem ou ao receber uma pressão manual leve, condizente com o uso comum, e se o material apresenta resistência à temperatura quando submetido a líquidos quentes ou gelados.

1.8. Caso algum produto apresentado pelo licitante classificado não seja aprovado, este será comunicado no Chat e será dada a oportunidade de alteração da marca ofertada para a realização de uma segunda demonstração.

1.8.1. Em todos os casos, caso o fornecedor opte pelo envio da segunda amostra, a entrega deverá ser efetuada à Contratante em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis.

1.9. Esgotadas as duas possibilidades de demonstração e caso os produtos ofertados pelo primeiro classificado não sejam aceitos, o licitante será desclassificado e será analisada a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das demonstrações e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma demonstração que atenda às especificações constantes neste edital.

1.10. Além do aferido pelo envio das demonstrações de qualidade, os produtos enquadrados como saneantes, Cosméticos, de higiene e correlatos deverão possuir autorização do ministério da Saúde e a embalagem deverá conter o respectivo número de registro na ANVISA, dados do fabricante e prazo de validade.

1.11. Caso o fornecedor beneficiário opte pelo fornecimento de itens conforme as marcas apresentadas no tópico 1.2 deste edital, para tais itens, estará dispensada a apresentação da demonstração de que trata o tópico 1.4.

1.12. As amostras aprovadas permanecerão sob a posse da Contratante durante todo prazo de validade do contrato, de forma a ser utilizada como padrão de qualidade e dirimir eventuais dúvidas na ocasião do fornecimento. Assim, os produtos fornecidos durante a execução contratual deverão manter padrão de qualidade igual ou superior ao apresentado pelas amostras.

Modelo de Execução do Objeto

1.13. O fornecimento dos itens contratados poderá ocorrer, a critério da Administração, de forma integral ou parcelada, podendo ser subdividida em até 03 entregas a serem estipuladas pela Contratante ao longo da vigência contratual.

1.13.1. Caso opte pelo fornecimento parcelado, Administração buscará manter um intervalo constante entre as solicitações de fornecimento, de forma a propiciar maior previsibilidade para o fornecedor contratado. Contudo, em caso de necessidade de adequações de estoque ou flutuações inesperadas de consumo, a



Administração reserva para si o direito de antecipar ou retardar o pedido dos materiais contratados.

1.13.2. Durante a etapa de disputa, a licitante deverá prever na formação de seus preços todos os custos diretos e indiretos decorrentes de fornecimentos parcelados durante a execução contratual. Em nenhuma hipótese será permitida a transferência à Contratante de despesas adicionais decorrentes de custos logísticos.

1.14. A cada pedido, a contratante emitirá a Solicitação de Fornecimento e enviará à contratada por meio do endereço eletrônico informado na proposta.

1.15. Após o recebimento da solicitação de fornecimento, o fornecedor contratado terá o prazo de até 10 (Dez) dias úteis para a entrega dos produtos.

1.15.1. O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado, mediante autorização formal emitida pela Contratante. As solicitações de prorrogação serão analisadas individualmente e terão caráter excepcional, mediante apresentação de justificativa que impeça o cumprimento dos prazos previamente pactuados, por fato superveniente, caso fortuito ou de força maior. Não serão aceitas justificativas genéricas ou baseadas em fatos passíveis de planejamento por parte da empresa contratada.

1.16. Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Câmara, situado na Av. Antônio Olímpio de Moraes, nº.545, sobreloja, edifício Costa Rangel, Centro, Divinópolis(MG) no horário entre 12hrs e 18hrs.

1.16.1. O horário e o local da entrega poderão ser alterados, a critério da Contratante, mediante aviso formal enviado à Contratada.

1.17. Os itens entregues deverão estar estritamente de acordo com as especificações estabelecidas neste edital e com as amostras aceitas, nos casos em que houver sua solicitação.

1.17.1. Durante a execução contratual não será permitida a substituição de marcas/modelos dos produtos ofertados, salvo em situações excepcionais caracterizadas por fato superveniente ou alheios à vontade do fornecedor contratado. Eventuais pedidos de substituição de marca deverão vir acompanhados das devidas justificativas e toda a documentação comprobatória de acordo com cada caso específico.

1.17.1.1. Não serão aceitas justificativas genéricas ou baseadas em fatos passíveis de planejamento por parte da empresa contratada.

1.17.1.2. Para a aprovação do produto substituto, a Contratada deverá submeter o novo produto à análise da Contratante, através do envio de 01 (Uma) amostra, a qual será analisada em relação à compatibilidade técnica e econômica do novo produto.

1.18. Quando da entrega dos produtos, estes deverão vir acompanhados da nota de pedido discriminando todos os itens entregues e seus quantitativos, bem como o valor total daquele pedido, para posterior verificação e análise da nota fiscal.

1.19. Os materiais fornecidos deverão conter especificações detalhadas, constando dados de identificação do material, marca do fabricante, dimensões, composição, data de fabricação, prazo de validade e demais



referências que permitam perfeita análise e aceitação. Os materiais deverão ter registro no órgão fiscalizador competente.

1.20. O prazo de validade, na data da entrega, não poderá ser inferior a 6 (seis) meses, ou à metade do prazo total recomendado pelo fabricante, dispensada esta condição para os itens passíveis de validade indeterminada, conforme legislação vigente.

1.21. As obrigações da contratante e da contratada estão disponibilizadas nos itens 6.1 a 6.2 do Termo de Referência .

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

1.22. Os critério de medição e pagamento estão disponibilizados no item 8. do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



2.5. Devido ao valor estimado para esta contratação, este processo será exclusivo para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), por força o inciso I do Art 48 da LC 123/2006, e em conformidade com a Lei 14.133/2021.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;



2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação **sucedará** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento



3.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. sendo o caso, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.5. O Licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. O Licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da



sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.9.2. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.12. Não cabe às licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total do grupo;

4.1.2. Marca (se for o caso);

4.1.3. Fabricante (se for o caso);

4.1.4. Quantidade cotada (não podendo cotar em quantitativo inferior indicado no Edital);

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o , assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pelos Contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. . O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo;

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;



5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de menor valor ou maior percentual de desconto ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).

5.9. O Licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. A etapa de lances da sessão pública será do modo ABERTO E FECHADO, conforme Art. 56, I e II da Lei nº 14.133/2021.

5.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de descontos.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e



registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de



pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a Licitação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de execução dos serviços ou de qualquer outro motivo.

5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em



primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.3 deste Edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará



a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Conforme disposto no art 34 da IN SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022, será considerado indício de inexequibilidade as propostas apresentadas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 6.7, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o Licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço ou diminuição do desconto e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

Do Detalhamento das propostas

6.12. Para a correta análise dos produtos ofertados e comprovação da adequação aos requisitos exigidos neste edital, o licitante vencedor deverá trazer em sua proposta realinhada a descrição dos itens a serem fornecidos, bem como imagens detalhadas de cada produto.

6.12.1. Deverão ser fornecidas imagens com boa resolução apresentando o produto em sua embalagem original bem como imagens do rótulo e/ou etiquetas que permitam a visualização das informações técnicas de cada item.

6.12.2. A tabela do item 9.32.2 do Termo de Referência demonstra um modelo exemplificativo para apresentação dos itens.

6.12.3. A pregoeira poderá, sempre que julgar necessário, solicitar o envio de fotos adicionais para a correta verificação e aprovação dos itens.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO



7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4. Será verificado se o Licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.5. Será verificado se o Licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando for o caso.

7.6. O Licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.8. É de responsabilidade do Licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou



à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.9. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira.

7.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao Licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do Licitante mais bem classificado.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, **não** será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



7.13. Na hipótese de o Licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do Licitante cuja proposta atenda ao Edital de Licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.15.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme previsão no Art. 4º, § 2º da Lei 14.133/2021, conforme anexo.

7.16. Para a habilitação jurídica, serão exigidos:

7.16.1. Para sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.16.2. Para sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.16.3. Para filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.16.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.17. Para a habilitação fiscal, social e trabalhista, serão exigidos:



7.17.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.17.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) referente a todos os créditos tributários federais e à dívida ativa da União;

7.17.3. Prova de regularidade com Fundo de Garantia do Tempo de serviço (FGTS);

7.17.4. Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

7.17.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.17.5.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.17.6. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º. XXXIII da Constituição Federal.

7.17.7. Para ME e EPP, declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.18. Serão exigidos os seguintes documentos para a comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.18.1. O Fornecedor deverá apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento dos produtos objeto desta contratação, por meio de Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a Licitante tenha desempenhado ou esteja desempenhando atividades em características compatíveis com os serviços constantes neste documento.



7.18.2. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s).

7.18.2.1. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se o direito de solicitar a apresentação de cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) ou cópia do(s) contrato(s) correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/21.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Câmara Municipal.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete **infração administrativa**, nos termos deste Edital e de seus anexos, da lei e da Portaria CM nº 060/2025 desta Câmara Municipal, o Licitante que, com **dolo ou culpa**:

9.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.1.5. Deixar de entregar toda a documentação exigida para o certame ou solicitado pela Pregoeira para análise complementar ou entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;



9.1.6. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

9.1.6.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.6.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.6.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.6.4. deixar de apresentar amostra; ou vídeo demonstrativo, quando for o caso;

9.1.6.5. apresentar proposta ou amostra ou vídeo demonstrativo em desacordo com as especificações do edital;

9.1.6.6. deixar de encaminhar, ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório, as amostras ou vídeos demonstrativos solicitados pela Pregoeira;

9.1.6.7. deixar de atender a convocações da Pregoeira durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

9.1.6.8. abandonar o certame;

9.1.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.



9.1.9. Fraudar a licitação.

9.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.10.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada, quando exigida;

9.1.10.4. apresentar vídeo demonstrativo manipulado, com o objetivo de falsear a verdade, quando exigido;

9.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11 e 9.1.12 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Divinópolis/MG, pelos prazos fixados na Portaria CM



nº 60/25.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11 e 9.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.7, caracterizará o **descumprimento total** da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à **imediata perda da garantia** de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 3 (três) ou mais servidores estáveis, conforme Portaria CM nº60/2025, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o Licitante ou o Adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail licitacao@divinopolis.mg.leg.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de



Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico da Câmara Municipal de Divinópolis (<https://www.divinopolis.mg.leg.br/>).

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

11.11.1.1. Modelo de proposta Comercial ;

11.11.1.2. Modelo de declaração de Limite de Faturamento ME/EPP



11.11.1.3. Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar(ETP)

11.11.2. ANEXO II – Minuta do Contrato.

Divinópolis, 28 de maio de 2026.

Vereador Israel Mendonça

Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Assinantes



Presidente da Camara Municipal de Divinópolis

Assinou em 28/05/2026 às 17:47:49 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de ISRAEL MENDONCA com o CPF ***.119.356-**, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, Presidente da Camara Municipal de Divinópolis, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

Z3M-VX4-EZ9-XWX

**TERMO DE REFERÊNCIA****AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO**

Processo Administrativo nº ____/2026

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa para fornecimento de materiais destinados à execução de serviços de limpeza e higienização, para uso na rotina diária de limpeza e conservação do patrimônio da Câmara Municipal de Divinópolis, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e especificações presentes nas tabelas abaixo:

Grupo 1						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ÁGUA SANITÁRIA, com ação bactericida/germicida. Composição: Hipoclorito de sódio, Água e teor de cloro ativo de 2 a 2,5%, frasco de 02 litros. Cor: Incolor, Aplicação: Lavagem e Alvejante de Roupas, limpeza de Banheiros, Pias e pisos Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	292730	Un	300	R\$ 7,86	R\$ 2.358,00
02	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO, aspecto físico: LIQUIDO, 46º INPM, embalagem de 01 litro Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	429961	Un	250	R\$ 8,42	R\$ 2.105,00
03	ÁLCOOL em GEL, 70º INPM, embalagem plástica com 500gr, ação germicida e bactericida, aroma característico Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	429225	Un	50	R\$ 8,04	R\$ 402,00
04	DESINFETANTE DE USO GERAL, concentrado, Solúvel em água, ação germicida e bactericida, acondicionado em embalagem 02 litros, de 1ª Linha, fragrância lavanda ou floral. Embalagem deverá conter as informações gerais do produto como: Orientações ao usuário, Composição e dados do fabricante Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	612086	Un	250	R\$ 9,62	R\$ 2.405,00



05	DETERGENTE LÍQUIDO, lava louças, neutro, fórmula concentrada com tensoativos, biodegradável, Neutro Alto poder desengordurante, Hipoalergênico, Aspecto físico Viscoso, Testado Dermatologicamente, embalagem plástica de 500 ml. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	303276	Un	600	R\$ 2,64	R\$ 1.584,00
06	Essência Concentrada para limpeza, fragrância floral ou lavanda, frasco 120 ml Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	369045	Un	60	R\$ 12,20	R\$ 732,00
07	LIMPA CARPETE, ação tira manchas e eliminação de odores, limpeza a seco de carpetes e estofados, frasco com 500 ml. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	467158	Un	26	R\$ 33,98	R\$ 883,48
08	LIMPADOR MULTIUSO, ação detergente e desengordurante, utilizado para limpeza de pisos e superfícies laváveis, solúvel em água, acondicionado em embalagem plástica de 500 ml, Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	249903	Un	250	R\$ 5,49	R\$ 1.372,50
09	PASTA PINHO, sabão pastoso concentrado para limpeza pesada. Alto poder desengordurante, ideal para limpeza de cozinhas, banheiros, áreas industriais e superfícies de difícil limpeza, como piso e azulejos. Frasco de 02 litros. Aroma agradável, Aspecto físico pastoso, biodegradável. Composição: Óleo Pinho, Tensoativo Aniônicos Embalagem deverá conter as informações gerais do produto como: Orientações ao usuário, Composição e dados do fabricante Acondicionada em Embalagem original do Fabricante, Com dados do Responsável Técnico, Lote, Data de Fabricação, Validade, Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	357378	Un	180	R\$ 18,76	R\$ 3.376,80
10	SABÃO EM BARRA, glicerinado, neutro, contendo 5(cinco) barras, 180g cada. Deve conter na embalagem a informação testado dermatologicamente.	238156	Pct	80	R\$ 12,23	R\$ 978,40
11	SABÃO EM PÓ, embalagem com no mínimo 800g. Composição: tensoativo aniônico, coadjuvantes, branqueador óptico, corantes, fragrância, carga e água. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	234325	Cx	80	R\$ 13,09	R\$ 1.047,20
12	SABONETE LÍQUIDO ASSÉPTICO, com substância hidratante, alta viscosidade e espuma espessa, testado dermatologicamente, embalagem 5 litros, de 1ª linha, fragrância floral ou erva doce Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa. Deve conter na embalagem a informação: "Dermatologicamente	253197	Un	40	R\$ 38,95	R\$ 1.558,00



	testado"					
13	SAPONÁCEO CREMOSO, aspecto físico pastoso, alto poder de limpeza e desengordurante, frasco com 250 ml, fórmula com tensoativo, biodegradável. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa.	252683	Un	80	R\$ 13,03	R\$ 1.042,40
14	TIRA LIMO, limpador para banheiro com cloro ativo, ação germicida e bactericida, frasco com 500ml, alto poder de remoção de sujeira e gorduras Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa.	314815	Un	60	R\$ 13,21	R\$ 792,60
TOTAL ESTIMADO GRUPO 1					R\$ 20.637,38	

Grupo 2						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	BALDE PARA LIMPEZA, fabricado em plástico reforçado, com alça de ferro, cor preta, capacidade mínima 12lts, apoio externo para as mãos no fundo.	286790	Un	4	R\$ 18,05	R\$ 72,20
16	ESCOVA MANUAL MULTIUSO (lavagem de roupa), formato oval, cerdas em nylon, dimensões aprox. 13 x 7cm	448501	Un	4	R\$ 5,60	R\$ 22,40
17	ESPONJA LÃ DE AÇO, pacotes com 08 unidades, 60g, utilizado para limpeza de utensílios domésticos	296307	Pct	50	R\$ 2,91	R\$ 145,50
18	ESPONJA SINTÉTICA MULTIUSO formato retangular e dupla face, embalagem com 4 unidades, composição em espuma e fibra sintética verde e amarela	232372	Un	120	R\$ 4,95	R\$ 594,00
19	FLANELA PARA LIMPEZA, branca, 40x60cm, fabricada em tecido 100% algodão, material ultra macio, destinada para limpeza e polimento de moveis, bordas com acabamento em overlok	283806	Un	130	R\$ 4,71	R\$ 612,30
20	LIXEIRA DE PLÁSTICO, sem tampa, 15 litros, plástico reforçado, cor bege ou branca, formato cilíndrico	419819	Un	10	R\$ 19,64	R\$ 196,40
21	LIXEIRA DE PLÁSTICO, polipropileno resistente, 100 litros, com tampa e alça, cor preta, dimensões aproximadas 57cm (diâmetro) x 78 cm Altura	254029	Un	2	R\$ 76,81	R\$ 153,62
22	LUVA DE BORRACHA MULTIUSO PARA LIMPEZA, reforçada, utilizada para serviços gerais, antitranspirante, flexível e anatômica, resistente a produtos químicos, pacote contendo 01(um) par. Tamanho M	355688	Par	12	R\$ 10,91	R\$ 130,92
23	LUVA DE BORRACHA MULTIUSO PARA LIMPEZA, reforçada, utilizada para serviços gerais, antitranspirante, flexível e anatômica, resistente a produtos químicos pacote contendo 01(um) par. Tamanho G	355687	Par	12	R\$ 10,18	R\$ 122,16
24	LUVA PARA LIMPEZA PESADA, antiderrapante, punho longo, forro interno, resistente a produtos químicos e agentes biológicos, pacote contendo 01 (um) par, Tamanho G - CA25313	302072	Par	24	R\$ 25,09	R\$ 602,16
25	PÁ COLETORA DE LIXO, base plástica e cabo longo rosqueável, comprimento mínimo 60 CM	477057	Un	2	R\$ 21,54	R\$ 43,08



26	PANO DE CHÃO EXTRA GRANDE, Qualidade Premium, trama fechada, recomendado para limpeza pesada ou industrial, saco duplo, alvejado, tamanho 55cm X 80cm (ou superior), Tecido mínimo 85% Algodão, Alto poder de absorção e costura dupla nas bordas. Gramatura mínima 240g/m²	413363	Un	130	R\$ 10,72	R\$ 1.393,60
27	PANO DE PRATO, liso, branco com acabamento em bainha (dobra de tecido) nos 4 lados, tecido macio e com alto poder de absorção, tamanho: 70cm x 50cm, 100% algodão. Gramatura mínima 180 g/m²	238347	Un	30	R\$ 4,03	R\$ 120,90
28	RODO 40 cm, cabo rosqueável com comprimento mínimo de 120 cm, base em material plástico resistente, lâmina dupla em borracha de alta qualidade	446184	Un	10	R\$ 17,32	R\$ 173,20
29	SACO DE LIXO, cor preto, 100 lt, de 0,75 X 1,05 m reforçado, fardo c/ 100 un., de 1ª Linha. Espessura a partir de 0,08mm a 0,10mm	345596	Frd	60	R\$ 20,16	R\$ 1.209,60
30	SACO DE LIXO, cor preto, 15lt, de 38X55 cm, reforçado, fardo c/ 100 un., de 1ª Linha. Espessura a partir de 0,08mm a 0,10mm	403320	Frd	60	R\$ 55,18	R\$ 3.310,80
31	VASSOURA DE PIAÇAÇA, cerdas em piaçava, cabo de madeira plastificada com 120 cm, cepa de madeira com revestimento em metal, comprimento cepa 20, comprimento cerdas mínimo 15 cm	226137	Un	10	R\$ 36,37	R\$ 363,70
32	VASSOURA DE PELO, cerdas em pelo sintético, cepa 40cm, cepa e cabo de madeira	344460	Un	7	R\$ 16,84	R\$ 117,88
33	VASSOURA SANITÁRIA, sem suporte, cerdas em Nylon, corpo de limpeza em formato redondo, cabo em plástico resistente, tamanho 35 cm, Cor branca	331870	Un	12	R\$ 6,56	R\$ 78,72
TOTAL ESTIMADO GRUPO 2					R\$ 9.463,14	

Grupo 3						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
34	PAPEL HIGIÊNICO, rolo institucional, fardo com 08 rolos, dimensões 10 cm (largura) por 300 metros, branco, folha simples, macio ou ultra macio, alta absorção, 100% celulose não reciclado	297836	Frd	120	R\$ 68,22	R\$ 8.186,40
35	PAPEL HIGIÊNICO, de primeira linha, macio ou ultra macio, folha dupla de alta qualidade, neutro, 100% celulose não reciclado, picotado, embalagem de 04 rolos, com 30 metros cada, fardo total de 64 rolos (16X4).	301139	Frd	60	R\$ 90,40	R\$ 5.424,00
36	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO de alta absorção, branca, fardo contendo 1.000 folhas, medida mínima 20x21 cm, 100% celulose, não reciclado, Gramatura: entre 19g/m² e 25g/m²	301135	Frd	1000	R\$ 17,15	R\$ 17.150,00
37	GUARDANAPO DE PAPEL, branco neve, confeccionado em papel absorvente, macio, atóxico, folha simples texturizada 23x22 cm, Fabricado em fibras celulósicas não recicladas, embalagem com 100 guardanapos	293348	Pct	80	R\$ 5,60	R\$ 448,00
TOTAL ESTIMADO GRUPO 3					R\$ 31.208,40	



Grupo 4						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
38	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS, Polipropileno(PP), aplicação em Líquidos frios e quentes, volume de 200 ml, acondicionados em caixa com 25 pacotes de 100 unidades. (Total de 2.500 copos/caixa). Adequado à Norma ABNT 14865.	419219	Pct	1500	R\$ 6,29	R\$ 9.435,00
39	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS, Polipropileno(PP), aplicação em Líquidos frios e quentes, volume de 50 ml, acondicionados em caixa com 25 pacotes de 100 unidades. (Total de 2.500 copos/caixa). Adequado à Norma ABNT 14865.	461329	pct	200	R\$ 3,99	R\$ 798,00
TOTAL ESTIMADO GRUPO 4					R\$ 10.233,00	

1.1.1 Para efeito de análise e aprovação dos produtos fornecidos, serão consideradas como dimensões aproximadas, aquelas que não excederem o intervalo de tolerância estipulado pela Contratante. Assim, itens entregues em dimensões diferentes das apresentadas nas especificações da tabela acima, poderão ser aceitos caso a divergência não exceda até 10% as dimensões estipuladas, desde que esta divergência não acarrete prejuízos para a Administração.

1.1.2 Havendo qualquer inconsistência nos códigos CATMAT/CATSER dos itens presentes neste documento, prevalecerão aqueles constantes no Edital.

1.1.3 Havendo divergências entre as descrições dos itens constantes neste Termo de referência e a descrição do item objeto do CATMAT/CATSER no site COMPRASNET, deverá prevalecer a descrição constante neste termo de referência.

1.2 As quantidades especificadas na tabela acima se referem ao limite máximo a ser consumido anualmente.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 42, II, da Portaria nº 188/23 desta Câmara Municipal.

1.4 Os materiais objeto desta contratação são caracterizados como comuns e de uso contínuo, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas para manutenção das condições sanitárias e da rotina operacional do órgão.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, até a vigência máxima de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação tem por finalidade a aquisição de materiais de uso geral e produtos de limpeza, de maneira a assegurar condições adequadas de higiene e salubridade às dependências da Câmara Municipal de Divinópolis, garantindo um ambiente apropriado ao desempenho das atividades institucionais e ao acolhimento de servidores, vereadores e cidadãos que utilizam diariamente suas instalações.

2.2 A fundamentação completa desta contratação e descrição de sua necessidade encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Plano de Contratações Anual

2.3 O Plano de Contratações Anual (PCA) é um documento de planejamento que deve ser elaborado e publicado consolidando as contratações a serem efetuadas ou prorrogadas no exercício subsequente. A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações da Câmara Municipal de Divinópolis, disponível no PNCP através do endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/app/pca/23774227000190/2026> conforme detalhamento a seguir:

Número do item no PCA: 04

Classificação: 79 – Equipamentos e materiais para limpeza

Documento de Formalização de Demanda de Origem: DFD nº 004/2026 da Diretoria de Administração e Suprimentos, assinado com o certificado avançado da Betha Sistemas, e contemplado em sua totalidade nesta contratação.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos básicos

4.1 A Contratada deverá possuir plena capacidade para o fornecimento de todos os produtos demandados, atentando-se para o cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste instrumento.

4.2 A Contratada é responsável, em qualquer tempo durante a vigência do contrato, pela regularização de qualquer não conformidade na execução contratual, a que



der causa, sem qualquer ônus para a Contratante.

4.3 A seleção do fornecedor se dará através de processo licitatório, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

4.4 Para fins de organização e maior eficiência do processo de contratação, os itens serão agrupados em lotes, cuja separação levará em consideração a natureza e características dos itens. Essa divisão busca ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de fornecedores especializados em cada segmento e favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

4.5 Para a habilitação do fornecedor serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei 14.133/2021, conforme regulamentação dada pelo art. 36 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de Setembro de 2022, recepcionada pelo Município de Divinópolis por meio do Decreto 15.980/2023. Tais requisitos serão oportunamente apresentados em tópico específico deste documento.

4.6 Pela natureza do objeto não será permitida a participação de consórcios ou empresas estrangeiras.

4.7 Devido ao valor estimado para esta contratação, este processo será exclusivo para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), por força o inciso I do Art 48 da LC 123/2006, e em conformidade com a Lei 14.133/2021.

4.7.1 Para a obtenção dos benefícios constantes na Lei Complementar 123/2006 e 14.133/2021, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme previsão no Art. 4º, § 2º da Lei 14.133/2021.

4.8 A contratada deverá estar devidamente regulamentada e em conformidade com as determinações dos órgãos competentes pertinentes à sua área de atuação, incluindo legislação vigente do país, do Estado de Minas Gerais e do Município de Divinópolis, devendo, ainda, manter atualizadas as certificações de regularidade para com o INSS, FGTS e a Fazenda Municipal de Divinópolis.

4.9 Durante a execução contratual, a Contratada deverá atender à Câmara em tempo hábil, conforme prazos e condições estabelecidas em contrato, de modo a não comprometer o andamento das rotinas administrativas da instituição pela indisponibilidade dos produtos necessários às atividades de limpeza no órgão.

Sustentabilidade

4.10 Tendo em vista a natureza do objeto do presente Termo de Referência, serão considerados na seleção dos itens, produtos de limpeza que estejam em



conformidade com a legislação ambiental vigente e adotem critérios gerais de sustentabilidade. Assim, a administração deve sempre optar pela solução menos agressiva ao meio ambiente adotando, sempre que possível, produtos biodegradáveis.

4.11 Os produtos destinados à limpeza e conservação de ambientes, enquadrados como saneantes, tais como: água sanitária, detergentes, ceras, álcool, sabão em barra ou em pó, saponáceos, desinfetantes, inseticidas, deverão vir acompanhados dos seguintes documentos:

4.11.1 Registro ou Isenção de Registro ou Notificação na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa/Ministério da Saúde, vigente.

4.11.1.1 Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União ou obtidos pelo endereço eletrônico da Anvisa (www.anvisa.gov.br), dentro do prazo de validade.

4.12 Os rótulos dos produtos classificados como saneantes, em especial daqueles classificados como perigosos, devem estar em conformidade com a norma NBR 14725-4/2012 - Produtos químicos — Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente - Parte 4: Ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ).

4.13 Produtos disponibilizados sob a forma de aerossol, solventes ou esterificantes não devem conter substâncias agressivas à camada de ozônio conforme disposto pela Resolução Conama nº 267/2000.

4.14 Para sabão em barra e detergentes, deverão ser respeitados o limites máximos para a concentração de fósforo conforme estabelecido no anexo I da resolução Conama nº 359/2005.

4.15 A fim de atender aos preceitos de sustentabilidade e consumo consciente, será preferível que os produtos sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

Sugestões de marcas ou modelos de referência

4.16 Para a presente aquisição, sugere-se como referência para os produtos ofertados as marcas dispostas a seguir, ou outras de qualidade similar ou superior:

4.16.1 Item 01: Água Sanitária - Referência: Kboa, Santa Clara, Marina;

4.16.2 Item 04: Desinfetante de uso geral - Referência: Lysoform, Azulim, Santa Clara;

4.16.3 Item 05: Detergente líquido – Referência: Limpol, Minuano;

4.16.4 Item 07: Limpa carpete – Referência: Vanish, Semorin, Qualitá;



- 4.16.5** Item 08: Limpador multiuso – Referência: Veja, Ajax, UAU;
- 4.16.6** Item 09: Pasta Pinho – Referência: Marina
- 4.16.7** Item 12: Sabonete Líquido – Referência: Dove, Only, Elite;
- 4.16.8** Item 13: Saponáceo cremoso – Referência: Radium, Cif, UAU;
- 4.16.9** Itens 22, 23, 24: Luva de borracha multiuso – Referência: Worker, Super Safety, Volk;
- 4.16.10** Itens 29 e 30: Saco de lixo 15 e 100 litros - Referência: Sanremo, Embalixo, Esfrebom;
- 4.16.11** Item 34: Papel higiênico rolo 300 metros – Alveflor, Elite, Sapel;
- 4.16.12** Item 35: Papel Higiênico rolo 30m – Referência: Personal, Neve, Cotton Deluxe;
- 4.16.13** Item 36: Papel toalha interfoliado – Referência: Scott, Elite, Santher;
- 4.16.14** Itens 38 e 39: Copos plásticos descartáveis – Referência: Ecocopo, Coposul, Copomais;
- 4.17** As marcas indicadas são mera referência, ou seja, um parâmetro de qualidade do objeto a ser adquirido. Tal indicação tem por finalidade facilitar a descrição dos itens para melhor entendimento dos licitantes, não sendo obrigatória a adoção de tais marcas. Serão aceitos produtos de qualidade reconhecidamente equivalente ou superior às referenciadas.

Exigência de demonstração de qualidade por meio de amostras

- 4.18** Para os produtos relacionados na tabela abaixo far-se-á necessária a exigência de demonstração de qualidade, por meio de envio de amostras dos produtos à Contratante, a fim de verificar se o produto ofertado pelo licitante vencedor da fase de lances atende às especificações exigidas por este Termo de Referência.

Grupo	Amostras a serem apresentadas
1	Itens 04; 05; 08; 09; 12; 13
2	Itens 19; 22; 23; 24; 26; 27; 29; 30
3	Itens 34; 35; 36
4	Itens 38; 39

- 4.19** As amostras deverão ser entregues na Diretoria de Administração e Suprimentos da Câmara Municipal de Divinópolis, situada na Rua São Paulo, nº



277, Sala 31, Praça Jovelino Rabelo, Centro, Divinópolis (MG), no horário compreendido entre 12 e 18 horas, em dias úteis, no prazo limite de até 7 (sete) dias úteis após a notificação enviada pela agente de contratação, sendo que a licitante assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega, sob pena de desclassificação.

4.19.1 A(s) amostra(s) deverá(ão) conter identificação da empresa fornecedora e indicação do número do processo administrativo ao qual se refere.

4.20 Os produtos serão avaliados por servidores da Câmara Municipal de Divinópolis, sob orientação da secretaria Geral, e os resultados das avaliações serão comunicados aos licitantes pelo campo “chat” da plataforma de compras do Governo Federal – compras.gov.br e serão disponibilizados no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Divinópolis.

4.21 A análise dos produtos será subdividida em duas etapas. Na primeira etapa, cada item enviado será avaliado em relação às especificações constantes em sua embalagem, a fim de se aferir a compatibilidade dos produtos com as exigências apresentadas nas tabelas do tópico 1.1. Os produtos aprovados na primeira etapa da avaliação, serão submetidos à segunda etapa, que consiste em uma análise de qualidade e desempenho, na qual serão verificados os requisitos abaixo listados:

4.21.1 Para o Item 04 (desinfetante de uso geral): Para a análise deste item, será avaliado se os produtos estão acondicionados em embalagens resistentes e apropriadas para estocagem, se o líquido apresenta odor e consistência compatíveis e se não deixa resíduos após sua utilização. O produto será aplicado em uma superfície previamente limpa para que seja aferida a longevidade do aroma, e se há geração de possíveis resíduos do produto sobre a superfície após o uso.

4.21.2 Para o item 05 (detergente líquido): Será avaliado se o líquido não apresenta consistência excessivamente fluida, se o produto faz a devida limpeza de utensílios de cozinha, a quantidade de espuma produzida ao ser utilizado e se não é necessária uma quantidade excessiva de produto para se obter o resultado esperado. Para tanto, com o auxílio de uma espuma, o produto será testado na higienização de vasilhames, copos ou outros utensílios de cozinha.

4.21.3 Para o item 08 (limpador multiuso): Será avaliado se o líquido não apresenta consistência excessivamente espessa, se o produto faz a devida limpeza e se não é necessária uma quantidade excessiva de produto para se obter o resultado esperado. A análise será efetuada utilizando-se uma pequena quantidade do produto em um pano limpo e este será utilizado para a limpeza de uma superfície visivelmente suja.

4.21.4 Para o item 09 (Pasta pinho): Será avaliado se o produto não apresenta



consistência excessivamente fluida, se o produto possui bom poder de limpeza e desengordurante, e se não é necessária uma quantidade excessiva de produto para se obter o resultado esperado.

4.21.5 Para o item 12 (sabonete líquido): Será avaliado se o líquido não apresenta consistência excessivamente fluida, se o produto faz a devida limpeza, o nível de espuma gerada ao ser utilizado, se não é necessária uma quantidade excessiva de produto para se obter o resultado esperado, além do aroma deixado pelo produto na superfície higienizada.

4.21.6 Para o item 13 (Saponáceo Cremoso): Na avaliação deste item serão analisados poder de limpeza, consistência do produto e aroma. Assim, o produto fornecido deverá possuir aroma agradável, consistência cremosa e alto poder de limpeza em superfícies sujas e engorduradas como azulejos e vidros. Além disso, o produto não deve deixar resíduos após o enxágue da superfície.

4.21.7 Para o item 19 (Flanela para limpeza): Nesta análise busca-se avaliar se os produtos apresentam as especificações de material e tamanho exigidas no termo de referência, se o acabamento nas bordas impede o desprendimento de fios do tecido e se sua utilização não gera resíduos de tecido sobre a superfície. O produto será testado em uma superfície previamente umedecida e analisado o seu poder de absorção e os resíduos deixados sobre a superfície.

4.21.8 Para os itens 22, 23 e 24 (luvas para limpeza): Nesta avaliação, será verificado se o material não é frágil ou pouco espesso e se é devidamente impermeável, trazendo segurança em sua utilização. Para a avaliação, o produto será retirado da embalagem e levemente esticado para comprovação de sua resistência e maleabilidade. Em seguida, o produto será vestido por um usuário e este depositará suas mãos em um balde com água durante 60 segundos. Tal medida permitirá uma aferição da permeabilidade e estanqueidade do material, garantindo que não haja contato da pele do usuário com os produtos durante a sua utilização. Ressalta-se que o item 24 deverá possuir espessura e resistência mecânica consideravelmente superior aos itens 22 e 23, uma vez que será utilizado para limpeza pesada e com maior risco aos usuários.

4.21.9 Para o item 26 (Pano de Chão): Nesta análise busca-se avaliar se o produto apresenta as especificações de material e tamanho descritas no termo de referência, se o acabamento nas bordas impede que o material de deteriore facilmente durante o uso e se o material possui poder de absorção compatível com sua finalidade. O produto será testado em uma superfície consideravelmente molhada de maneira a se observar a sua capacidade de absorver a água desta superfície. Ressalta-se que o produto deverá ter trama fechada e elevada gramatura para uma maior resistência durante sua utilização. Não serão aprovados produtos fabricados com tramas abertas.



- 4.21.10** Para o item 27 (Pano de Prato): Nesta análise busca-se avaliar se o produto apresenta as especificações de material e tamanho descritas no termo de referência, se o acabamento nas bordas impede que o material de deteriore facilmente durante o uso e se o material possui poder de absorção compatível com sua finalidade. Para tanto, o material será medido com o auxílio de uma régua, e utilizado para secar utensílios previamente molhados, tais como copo, prato ou panela, de forma a permitir a análise do seu poder de absorção.
- 4.21.11** Para o item 29 e 30 (sacos de lixo): Serão avaliadas as dimensões, espessura e resistência dos materiais. Para aferição da resistência do material, o mesmo será testado utilizando uma carga compatível com o disposto na NBR 9191.
- 4.21.12** Para os itens 34 e 35 (Papel higiênico): Nesta avaliação será verificada a espessura, coloração, grau de maciez e resistência dos produtos.
- 4.21.13** Para o item 36 (papel toalha interfoliado): Nesta avaliação, será analisado se o material seca satisfatoriamente as mãos, se possui as medidas corretas e se é da cor branca. Serão retiradas 03 folhas e analisado o desempenho destas para a secagem das mãos. Após isso, será retirada mais uma folha e, com o auxílio de uma régua, verificado se as dimensões condizem com os dados da embalagem.
- 4.21.14** Para os itens 38 e 39 (copos plásticos descartáveis): Nesta análise, será avaliado se o copo não se quebra ao ser retirado da embalagem ou ao receber uma pressão manual leve, condizente com o uso comum, e se o material apresenta resistência à temperatura quando submetido a líquidos quentes ou gelados.
- 4.22** Caso algum produto apresentado pelo licitante classificado não seja aprovado, este será comunicado no Chat e será dada a oportunidade de alteração da marca ofertada para a realização de uma segunda demonstração.
- 4.22.1** Em todos os casos, caso o fornecedor opte pelo envio da segunda amostra, a entrega deverá ser efetuada à Contratante em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis.
- 4.23** Esgotadas as duas possibilidades de demonstração e caso os produtos ofertados pelo primeiro classificado não sejam aceitos, o licitante será desclassificado e será analisada a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das demonstrações e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma demonstração que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.24** Além do aferido pelo envio das demonstrações de qualidade, os produtos enquadrados como saneantes, Cosméticos, de higiene e correlatos deverão



possuir autorização do ministério da Saúde e a embalagem deverá conter o respectivo número de registro na ANVISA, dados do fabricante e prazo de validade.

4.25 Caso o fornecedor beneficiário opte pelo fornecimento de itens conforme as marcas apresentadas no tópico 4.16 deste Termo de Referência, para tais itens, estará dispensada a apresentação da demonstração de que trata o tópico 4.18.

4.26 As amostras aprovadas permanecerão sob a posse da Contratante durante todo prazo de validade do contrato, de forma a ser utilizada como padrão de qualidade e dirimir eventuais dúvidas na ocasião do fornecimento. Assim, os produtos fornecidos durante a execução contratual deverão manter padrão de qualidade igual ou superior ao apresentado pelas amostras.

Subcontratação

4.27 Não é admitida a subcontratação do objeto de que trata este Termo de Referência.

Garantia para a contratação

4.28 Não haverá exigência da garantia da contratação, nos termos do arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, por se tratar de contratação de baixa complexidade, com curto prazo de fornecimento e cujo pagamento efetua-se somente após a entrega dos produtos.

Proteção de dados

4.29 A partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, a empresa passa a ser obrigada a cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado.

4.30 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, vedado seu compartilhamento com terceiros, ressalvados contratos específicos para tratamento de dados firmados de acordo com os ditames dessa Lei.

4.31 A transferência internacional de dados somente será admitida nas hipóteses do art. 33 da LGPD e a empresa responderá legalmente caso desrespeite as disposições desta Lei.

4.32 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da empresa eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente



enquanto não prescritas essas obrigações.

- 4.33** É dever da empresa orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 4.34** Considerando a vedação à subcontratação do objeto, a Contratada deverá executar diretamente as atividades contratadas e assegurar que todos os seus empregados, prepostos e demais pessoas autorizadas a tratar dados pessoais em razão da execução contratual observem integralmente as obrigações previstas nesta cláusula e na Lei nº 13.709/2018.
- 4.35** A Administração poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a contratada atender os pedidos de comprovação eventualmente efetuados.
- 4.36** Diante de eventual solicitação de titular de dados, a contratada deverá prestar as informações a que alude o art. 9º da LGPD ou, em sendo o caso, informação acerca do descarte realizado.
- 4.37** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos; os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1** O fornecimento dos itens contratados poderá ocorrer, a critério da Administração, de forma integral ou parcelada, podendo ser subdividida em até 03 entregas a serem estipuladas pela Contratante ao longo da vigência contratual.
- 5.1.1** Caso opte pelo fornecimento parcelado, Administração buscará manter um intervalo constante entre as solicitações de fornecimento, de forma a propiciar maior previsibilidade para o fornecedor contratado. Contudo, em caso de necessidade de adequações de estoque ou flutuações inesperadas de consumo, a Administração reserva para si o direito de antecipar ou retardar o pedido dos materiais contratados.
- 5.1.2** Durante a etapa de disputa, a licitante deverá prever na formação de seus preços todos os custos diretos e indiretos decorrentes de fornecimentos parcelados durante a execução contratual. Em nenhuma hipótese será



permitida a transferência à Contratante de despesas adicionais decorrentes de custos logísticos.

5.2 A cada pedido, a contratante emitirá a Solicitação de Fornecimento e enviará à contratada por meio do endereço eletrônico informado na proposta.

5.3 Após o recebimento da solicitação de fornecimento, o fornecedor contratado terá o prazo de até 10 (Dez) dias úteis para a entrega dos produtos.

5.3.1 O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado, mediante autorização formal emitida pela Contratante. As solicitações de prorrogação serão analisadas individualmente e terão caráter excepcional, mediante apresentação de justificativa que impeça o cumprimento dos prazos previamente pactuados, por fato superveniente, caso fortuito ou de força maior. Não serão aceitas justificativas genéricas ou baseadas em fatos passíveis de planejamento por parte da empresa contratada.

5.4 Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Câmara, situado na Av. Antônio Olímpio de Moraes, nº.545, sobreloja, edifício Costa Rangel, Centro, Divinópolis(MG) no horário entre 12hrs e 18hrs.

5.4.1 O horário e o local da entrega poderão ser alterados, a critério da Contratante, mediante aviso formal enviado à Contratada.

5.5 Os itens entregues deverão estar estritamente de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e com as amostras aceitas, nos casos em que houver sua solicitação.

5.5.1 Durante a execução contratual não será permitida a substituição de marcas/modelos dos produtos ofertados, salvo em situações excepcionais caracterizadas por fato superveniente ou alheios à vontade do fornecedor contratado. Eventuais pedidos de substituição de marca deverão vir acompanhados das devidas justificativas e toda a documentação comprobatória de acordo com cada caso específico.

5.5.1.1 Não serão aceitas justificativas genéricas ou baseadas em fatos passíveis de planejamento por parte da empresa contratada.

5.5.1.2 Para a aprovação do produto substituto, a Contratada deverá submeter o novo produto à análise da Contratante, através do envio de 01 (Uma) amostra, a qual será analisada em relação à compatibilidade técnica e econômica do novo produto.

5.6 Quando da entrega dos produtos, estes deverão vir acompanhados da nota de pedido discriminando todos os itens entregues e seus quantitativos, bem como o valor total daquele pedido, para posterior verificação e análise da nota fiscal.

5.7 Os materiais fornecidos deverão conter especificações detalhadas, constando



dados de identificação do material, marca do fabricante, dimensões, composição, data de fabricação, prazo de validade e demais referências que permitam perfeita análise e aceitação. Os materiais deverão ter registro no órgão fiscalizador competente.

- 5.8** O prazo de validade, na data da entrega, não poderá ser inferior a 6 (seis) meses, ou à metade do prazo total recomendado pelo fabricante, dispensada esta condição para os itens passíveis de validade indeterminada, conforme legislação vigente.

6 DAS OBRIGAÇÕES

Obrigações da Contratante:

- 6.1** A Câmara Municipal de Divinópolis deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento e em seus anexos, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 6.1.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Instrumento contratual, com o Termo de Referência e seus anexos;
- 6.1.2** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.1.3** Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, ou na prestação de serviços, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 6.1.4** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- 6.1.5** Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 6.1.6** Aplicar à Contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 6.1.7** Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria da Câmara para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- 6.1.8** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;



6.1.8.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

6.1.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução de eventual contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações da Contratada

6.2 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento e em seus anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

6.2.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos produtos objeto do contrato, em estrita aderência aos prazos pactuados.

6.2.2 Manter das 08:00 às 18:00, em dias úteis, canal de atendimento apto ao recebimento de qualquer solicitação da Contratante;

6.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.2.4 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

6.2.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.2.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.2.7 Quando não for possível a verificação da regularidade junto ao setor competente, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3)



certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 6.2.8** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 6.2.9** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 6.2.10** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 6.2.11** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.2.12** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2.13** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

- 7.1** A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, com vigência de 12 (doze) meses.
- 7.1.1** Em caso de prorrogação contratual, os preços serão reajustados com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou índice que eventualmente o venha a substituir, nos últimos 12 (doze) meses.
- 7.2** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



- 7.3** O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de estipulado em edital.
- 7.4** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas neste Termo de Referência e com as disposições da Lei nº 14.133/2021.
- 7.5** As comunicações entre o Contratante e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Gestão da Contratação

- 7.6** A gestão da contratação será exercida pelo Núcleo de Contratos Administrativos e Convênios da Câmara Municipal de Divinópolis (MG), nos termos da legislação pertinente.
- 7.7** O gestor do contrato tomará todas as providências para acompanhamento e cumprimento do fornecimento, bem como o gerenciamento da prorrogação contratual, se for o caso.
- 7.8** O gestor deverá comunicar à Administração o descumprimento de qualquer obrigação e instaurar procedimento administrativo para apuração de irregularidades, quando devidamente autorizado.
- 7.9** Ficam reservados ao gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto, desde que não acarrete ônus para a Câmara Municipal de Divinópolis.
- 7.10** As decisões que ultrapassem a competência do gestor deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, em tempo hábil para a adoção de medidas.

Fiscalização

- 7.11** A fiscalização contratual será exercida por servidor designado pela Administração, ao qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência ao fornecedor beneficiário, conforme determina art. 117 da Lei nº 14.133/21 e arts. 82 a 85 da Portaria nº CM-188, de 20 de dezembro de 2023, desta Câmara Municipal.
- 7.12** Caberá ao fiscal do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, o apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, em especial:
- 7.12.1** Exercer a fiscalização permanente sobre a qualidade dos produtos



fornecidos, atentando principalmente para a qualidade dos materiais, prazo de validade e adequação às especificações previstas no edital de contratação, apontando todas as irregularidades eventualmente verificadas;

- 7.12.2** Fiscalizar toda a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas no ato da contratação, de modo a assegurar os resultados almejados pela administração;
- 7.12.3** Notificar o fornecedor contratado sempre que se observarem irregularidades nos serviços prestados, solicitando a correção nos termos e prazos estabelecidos no instrumento contratual;
- 7.12.4** Comunicar ao gestor do contrato sempre que se verificarem inconsistências que inviabilizem a prestação de serviço;
- 7.12.5** Auxiliar o gestor do contrato na avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo fornecedor beneficiário, apresentando sempre que possível dados técnicos e relatórios de quaisquer eventos ocorridos durante todo o período contratual, de forma a se analisar a viabilidade da continuidade da relação contratual;
- 7.13** Ao fiscal do contrato, caberá ainda prestar apoio administrativo ao gestor contratual, especialmente no que se segue:
- 7.13.1** Prestar apoio operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos;
- 7.13.2** Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes;
- 7.14** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 7.15** O fornecedor beneficiário declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.
- 7.16** A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade do fornecedor beneficiário, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria.
- 7.17** A existência e a atuação da gestão e da fiscalização não diminuem a responsabilidade exclusiva do fornecedor beneficiário em relação ao objeto e suas



consequências, tanto para a Contratante quanto para terceiros. Da mesma forma, se ocorrerem irregularidades durante a execução do contrato, isso não implicará qualquer responsabilidade compartilhada por parte da Contratante ou de seus representantes. O fornecedor beneficiário deve, sem prejuízo das penalidades previstas, ressarcir imediatamente a Contratante por quaisquer danos causados devido a falhas em suas atividades.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1** No ato do recebimento, será verificada se a quantidade de itens corresponde à solicitada e se os materiais objeto deste Termo de Referência foram entregues conforme marca e especificações discriminadas no instrumento contratual e se os itens estão isentos de avarias ou quaisquer outros defeitos que prejudiquem ou tornem imprópria sua utilização.
- 8.2** Será indicada a retenção no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, se o fornecedor beneficiário:
- 8.2.1** Entregar produto com especificação diversa da previamente acordada;
 - 8.2.2** Deixar de entregar, ou entregar produtos em quantidade diversa do solicitado;

Recebimento

- 8.3** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.4** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando identificado que os produtos estão em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar da notificação do fornecedor beneficiário, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.5** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.6** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.7** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº



14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de pagamento.

- 8.8** O prazo para a solução, pelo fornecedor beneficiário, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.9** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Do pagamento

- 8.10** O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo fornecedor beneficiário ou por meio de boleto bancário.
- 8.11** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber.
- 8.12** O fornecedor beneficiário regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 8.13** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o fornecedor beneficiário providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 8.14** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

- 9.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, sob a forma eletrônica, a ser realizado através da plataforma de compras do Governo Federal – compras.gov.br –, mediante seleção



da melhor proposta, pelo critério de **MENOR PREÇO POR GRUPO**, nos termos do artigo art. 33, inciso I, da Lei 14.133/21.

- 9.2** Os participantes deverão atentar-se quanto às especificações do objeto e condições da execução contratual que se encontram neste Termo de Referência.
- 9.3** Nos preços deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, inclusive frete para a entrega dos produtos.
- 9.4** Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação.
- 9.5** A presente licitação será conduzida com julgamento pelo menor preço por grupo de itens, em substituição ao julgamento por item, em razão das características dos bens a serem adquiridos e do regime de entregas. A decisão de adotar esta abordagem foi cuidadosamente analisada, levando-se em consideração experiências adquiridas em processos anteriores, além de diferentes fatores que visam garantir a eficiência, a continuidade e a viabilidade do fornecimento, sem comprometer a qualidade ou a competitividade do processo licitatório. Dentre as razões analisadas destaca-se:

(1) Custos operacionais e viabilidade logística: Uma das principais razões que justificam a escolha pelo julgamento por Grupos de itens é a questão logística. Alguns itens previstos nesta licitação possuem quantidades reduzidas e/ou preços baixos, razão pela qual, se considerado individualmente, poderia resultar em custos logísticos elevados para os fornecedores. Caso o julgamento fosse realizado de forma individualizada, essa ação poderia inviabilizar o fornecimento em determinados casos, pois os fornecedores vencedores de itens de pequeno valor, enfrentariam dificuldades operacionais e financeiras em atender a solicitações de entrega menores com a mesma eficiência, comprometendo a entrega e os prazos acordados. Dessa forma, ao organizar os itens em grupos, busca-se criar um equilíbrio entre a quantidade e o custo do fornecimento, tornando o processo mais atraente para os fornecedores e, consequentemente, mais competitivo.

(2) Incentivo à participação de fornecedores e fortalecimento da competição: Ao adotar a metodologia de julgamento por grupos, o processo poderá atrair um maior número de fornecedores, principalmente aqueles que possuem uma capacidade operacional que permita atender a um número mais amplo de itens. Assim, o julgamento por grupo de itens pode ampliar as oportunidades para os fornecedores e fomentar um ambiente mais atrativo, gerando melhores condições de negociação e preços mais vantajosos para a Administração Pública. Essa abordagem contribui para a eliminação de barreiras que poderiam limitar a participação de fornecedores em razão das dificuldades logísticas associadas ao fornecimento de itens isolados, com quantidades e valores mais baixos.



(3) Eficiência na execução do contrato e redução de riscos: O agrupamento de itens reduz a fragmentação do fornecimento e permite um planejamento mais eficiente da execução e gestão contratual. Quando o fornecimento é realizado de forma concentrada em grupos, geralmente há uma maior estabilidade nas relações entre Contratante e Contratada, o que contribui para a redução de riscos associados a falhas na execução do contrato, como atrasos ou não entrega de itens. Além disso, a redução da quantidade de contratos ou ordens de fornecimento a serem gerenciadas pela Administração Pública reduz consideravelmente a carga de trabalho administrativo associada à contratação e permite uma simplificação na fiscalização e no acompanhamento da execução contratual.

(4) Garantia de fornecimento contínuo e equilíbrio econômico-financeiro: A distribuição de itens em grupos também contribui para o equilíbrio financeiro ao longo do contrato uma vez que, adotando um grupo de itens, eventuais aumentos nos custos isolados de aquisição de determinados produtos pelo fornecedor poderão ser compensados com a redução em outros, garantindo assim um equilíbrio econômico-financeiro e assegurando que as condições contratuais permaneçam vantajosas para o Contratado, evitando assim, eventuais riscos de quebras de contrato.

9.6 As empresas interessadas em participar da disputa serão integralmente responsáveis pela avaliação e levantamento dos custos relativos à execução do objeto, sendo inteiramente responsáveis por eventuais prejuízos decorrentes de avaliação equivocada ou da sua ausência.

Exigências de habilitação

9.7 Previamente à assinatura da ata, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para fornecimento à Administração Pública, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

9.7.1.1 SICAF;

9.7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.8 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade



administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 9.9** O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de solicitação de fornecimento.
- 9.10** Caso atendidas as condições para fornecimento, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.11** É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 9.12** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.13** Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.14** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos de habilitação, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica.
- 9.15** Os licitantes interessados no fornecimento dos itens classificados como Saneantes Domissanitários, Cosméticos, de higiene e correlatos deverão apresentar AFE (Autorização de funcionamento de empresa) fornecido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Tal exigência apresenta-se necessária para os itens dispostos no Grupo 1 deste Termo de referência.

Habilitação jurídica

- 9.16** Para sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 9.17** Para sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 9.18** Para filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro



onde tem sede a matriz.

- 9.19** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.20** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 9.21** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) referente a todos os créditos tributários federais e à dívida ativa da União.
- 9.22** Prova de regularidade com Fundo de Garantia do Tempo de serviço (FGTS).
- 9.23** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.
- 9.24** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 9.25** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 9.26** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.27** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º. XXXIII da Constituição Federal.
- 9.28** Para ME e EPP, declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Qualificação Técnica

- 9.29** O Fornecedor deverá apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento dos produtos objeto desta contratação, por meio de Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a Licitante tenha desempenhado ou esteja desempenhando atividades em características compatíveis com os serviços constantes neste documento.



9.30 O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s).

9.30.1 Caso haja necessidade, a Administração reserva-se o direito de solicitar a apresentação de cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) ou cópia do(s) contrato(s) correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s).

Da exequibilidade da proposta apresentada

9.31 Conforme disposto no art 34 da IN SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022, será considerado indício de inexecução das propostas apresentadas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.31.1 A inexecução, da proposta apresentada só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

II - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;

Do Detalhamento das propostas

9.32 Para a correta análise dos produtos ofertados e comprovação da adequação aos requisitos exigidos neste termo de referência, o licitante vencedor deverá trazer em sua proposta realinhada a descrição dos itens a serem fornecidos, bem como imagens detalhadas de cada produto.

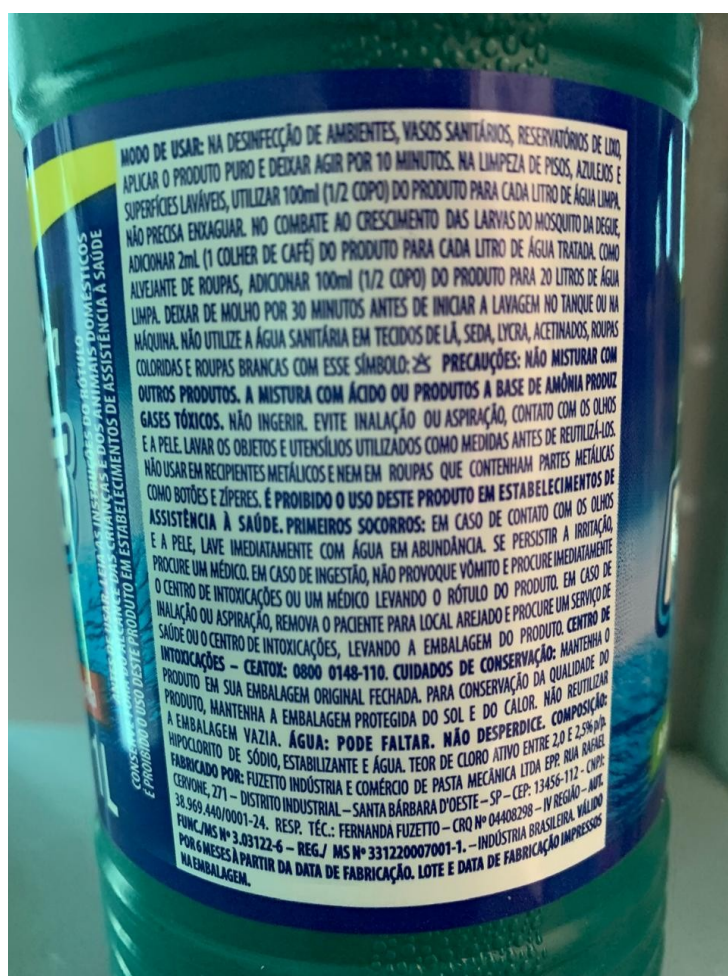
9.32.1 Deverão ser fornecidas imagens com boa resolução apresentando o produto em sua embalagem original bem como imagens do rótulo e/ou etiquetas que permitam a visualização das informações técnicas de cada item.

9.32.2 A tabela abaixo demonstra um modelo exemplificativo para apresentação dos itens:



Exemplo de apresentação de itens na proposta realinhada

Grupo	Item	Descrição	Marca / Modelo	Unidade de Medida	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	01	ÁGUA SANITÁRIA, com ação bactericida/germicida. Composição: Hipoclorito de sódio, Água e teor de cloro ativo de 2 a 2,5%, frasco de 02 litros. Cor: Incolor, Aplicação: Lavagem e Alvejante de Roupas, limpeza de Banheiros, Pias e pisos	Fuzetto	Un	XXX	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX



Grupo	Item	Especificação	Marca / Modelo	Unidade de Medida	Quant	Valor Unitário	Valor Total
02	10	LUVA DE BORRACHA MULTIUSO PARA LIMPEZA, reforçada, utilizada para serviços gerais, antitranspirante, flexível e anatômica, resistente a produtos químicos pacote contendo 01(um) par. Tamanho M	Volk do Brasil	Un	300	R\$ _____	R\$ _____



9.32.3 O modelo acima apresentado tem caráter meramente exemplificativo, ficando a critério de cada licitante a adoção deste ou outro modelo de apresentação de proposta.

9.32.3.1 As marcas e modelos apresentadas nas imagens acima são apenas ilustrativas e não possuem relação com as especificações exigidas na tabela 1.1 deste termo de referência.

9.32.4 A agente de contratação poderá, sempre que julgar necessário, solicitar o envio de fotos adicionais para a correta verificação e aprovação dos itens.



10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1** O valor estimado para a contratação é de **R\$ 71.541,92 (Setenta e um mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos)**, com base no valor médio encontrado no Mapa Comparativo de Preços resultante das pesquisas de mercado conforme cotações anexadas ao processo.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1** As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do exercício de 2025, prevista no orçamento da Câmara Municipal na classificação:

- 11.1.1** Função programática: 01.001.001.01.122.1010.2003 - Gestão das Atividades Operacionais Gerais
- 11.1.2** Natureza da despesa: Ficha: 1193 – 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de consumo

12 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1** As normas disciplinadoras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.2** Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos e apêndices:
- 12.2.1** Anexo I – Modelo de proposta Comercial
- 12.2.2** Anexo II – Modelo de declaração de Limite de Faturamento ME/EPP
- 12.2.3** Apêndice I – Estudo técnico preliminar (ETP)

Divinópolis, 25 de Maio de 2026.

Samuel Carlos da Silva Marques
Diretoria de Administração e Suprimentos
(em substituição)

De acordo.

Flávio Ramos
Secretário Geral



Ciente da necessidade da contratação em tela e das informações prestadas, aprovo o termo de referência.

Israel da Farmácia
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Assinantes

**Samuel Carlos Da Silva Marques**

Assinou em 27/05/2026 às 14:47:19 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, Samuel Carlos Da Silva Marques, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

**Flavio Ramos De Assis Pereira**

Assinou em 27/05/2026 às 16:31:05 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, Flavio Ramos De Assis Pereira, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

**Presidente da Camara Municipal de Divinopolis**

Assinou em 27/05/2026 às 16:33:13 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de ISRAEL MENDONCA com o CPF ***.119.356-**, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, Presidente da Camara Municipal de Divinopolis, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

D6N-KQW-8KJ-PN2

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

À Câmara Municipal de Divinópolis (MG)

Segue proposta comercial referente processo nº. _____ para prestação dos serviços conforme tabela abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais destinados à execução de serviços de limpeza e higienização, para uso na rotina diária de limpeza e conservação do patrimônio da Câmara Municipal de Divinópolis

Grupo 1						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Marca/ Modelo	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ÁGUA SANITÁRIA, com ação bactericida/germicida. Composição: Hipoclorito de sódio, Água e teor de cloro ativo de 2 a 2,5%, frasco de 02 litros. Cor: Incolor, Aplicação: Lavagem e Alvejante de Roupas, limpeza de Banheiros, Pias e pisos		Un	300	R\$ _____	R\$ _____
Imagem do Produto:			Imagem do Produto:			
02	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO, aspecto físico: LÍQUIDO, 46º INPM, embalagem de 01 litro		Un	250	R\$ _____	R\$ _____
Imagem do Produto:			Imagem do Produto:			



03	ÁLCOOL em GEL, 70º INPM, embalagem plástica com 500gr, ação germicida e bactericida, aroma característico Acondicionada em Embalagem original do Fabricante, Com dados do Responsável Técnico, Lote, Data de Fabricação, Validade, Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa		Un	50	R\$ _____	R\$ _____
Imagem do Produto:			Imagem do Produto:			
04	DESINFETANTE DE USO GERAL, concentrado, Solúvel em água, ação germicida e bactericida, acondicionado em embalagem 02 litros, de 1ª Linha, fragrância lavanda ou floral. Embalagem deverá conter as informações gerais do produto como: Orientações ao usuário, Composição e dados do fabricante Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa		Un	250	R\$ _____	R\$ _____
Imagem do Produto:			Imagem do Produto:			



05	<p>DETERGENTE LÍQUIDO, lava louças, neutro, fórmula concentrada com tensoativos, biodegradável, Neutro Alto poder desengordurante, Hipoalergênico, Aspecto físico Viscoso, Testado Dermatologicamente, embalagem plástica de 500 ml.</p> <p>Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa</p>		Un	600	R\$ _____	R\$ _____
Imagem do Produto:			Imagem do Produto:			
06	<p>Essência Concentrada para limpeza, fragrância floral ou lavanda, frasco 120 ml</p> <p>Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa</p>		Un	60	R\$ _____	R\$ _____
Imagem do Produto:			Imagem do Produto:			



07	LIMPA CARPETE, ação tira manchas e eliminação de odores, limpeza a seco de carpetes e estofados, frasco com 500 ml. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa		Un	26	R\$ _____	R\$ _____
Imagem do Produto:			Imagem do Produto:			
08	LIMPADOR MULTIUSO, ação detergente e desengordurante, utilizado para limpeza de pisos e superfícies laváveis, solúvel em água, acondicionado em embalagem plástica de 500 ml, Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa		Un	250	R\$ _____	R\$ _____
Imagem do Produto:			Imagem do Produto:			



09	<p>PASTA PINHO, sabão pastoso concentrado para limpeza pesada. Alto poder desengordurante, ideal para limpeza de cozinhas, banheiros, áreas industriais e superfícies de difícil limpeza, como piso e azulejos. Frasco de 02 litros. Aroma agradável, Aspecto físico pastoso, biodegradável. Composição: Óleo Pinho, Tensoativo Aniônicos Embalagem deverá conter as informações gerais do produto como: Orientações ao usuário, Composição e dados do fabricante</p> <p>Acondicionada em Embalagem original do Fabricante, Com dados do Responsável Técnico, Lote, Data de Fabricação, Validade, Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa</p>		Un	180	R\$ _____	R\$ _____
Imagem do Produto:			Imagem do Produto:			
10	<p>SABÃO EM BARRA, glicerinado, neutro, contendo 5(cinco) barras, 180g cada. Deve conter na embalagem a informação testado dermatologicamente.</p>		Pcte	80	R\$ _____	R\$ _____
Imagem do Produto:			Imagem do Produto:			



11	<p>SABÃO EM PÓ, embalagem com no mínimo 800g. Composição: tensoativo aniônico, coadjuvantes, branqueador óptico, corantes, fragrância, carga e água.</p> <p>Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa</p>		CX	80	R\$ _____	R\$ _____
Imagem do Produto:			Imagem do Produto:			
12	<p>SABONETE LÍQUIDO ASSÉPTICO, com substância hidratante, alta viscosidade e espuma espessa, testado dermatologicamente, embalagem 5 litros, de 1ª linha, fragrância floral ou erva doce</p> <p>Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa. Deve conter na embalagem a informação: "Dermatologicamente testado"</p>		Un	40	R\$ _____	R\$ _____
Imagem do Produto:			Imagem do Produto:			



13	SAPONÁCEO CREMOSO, aspecto físico pastoso, alto poder de limpeza e desengordurante, frasco com 250 ml, fórmula com tensoativo, biodegradável. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa.		Un	80	R\$ _____	R\$ _____
Imagem do Produto:			Imagem do Produto:			
14	TIRA LIMO, limpador para banheiro com cloro ativo, ação germicida e bactericida, frasco com 500ml, alto poder de remoção de sujeira e gorduras Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa.		Un	60	R\$ _____	R\$ _____
Imagem do Produto:			Imagem do Produto:			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						



Nos preços indicados na planilha de preços estão incluídos todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.

Declaramos ainda estar cientes e de acordo com todas as condições estabelecidas no termo de referência.

Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Divinópolis de de 2026

Assinatura

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

Telefone:

Responsável pelo contato:



DECLARAÇÃO DE LIMITE DE FATURAMENTO ME/EPP

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

(Nome da Empresa), CNPJ Nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, município/UF _____, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para fins de participação em licitação ou contratação direta com a CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS / MG, sob as penas da lei que:

I – Que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e está apta para usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

II – Que, no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

(LOCAL E DATA).

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

A realização de um Estudo Técnico Preliminar (ETP) é uma etapa essencial no planejamento das contratações públicas por fornecer os elementos necessários a uma tomada de decisão fundamentada e bem estruturada, observando os princípios da eficiência, economicidade, transparência e interesse público. Desta forma, o presente estudo tem como finalidade identificar e analisar a necessidade apresentada, avaliar as possíveis soluções disponíveis no mercado e definir a alternativa mais adequada, contemplando aspectos técnicos, operacionais e econômicos.

Este estudo será conduzido pela Diretoria de Administração e suprimentos, setor responsável pelo controle e gestão dos produtos aqui demandados. O objeto de estudo deste documento consistirá na análise das soluções disponíveis no mercado para o **Fornecimento de produtos de limpeza e higienização**, a serem utilizados nas rotinas diárias desta Casa Legislativa.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Com a presente contratação, a Câmara Municipal de Divinópolis busca assegurar a manutenção contínua de condições adequadas de limpeza, higiene e salubridade em suas dependências, garantindo um ambiente apropriado ao desempenho das atividades institucionais e ao atendimento de servidores, vereadores e cidadãos que utilizam diariamente suas instalações.

Para viabilizar tais condições, é indispensável a manutenção de um fornecimento regular e contínuo de materiais de limpeza e sanitizantes, os quais são insumos diretamente empregados nas rotinas diárias de conservação dos ambientes, abrangendo desde a limpeza de áreas administrativas até sanitários, espaços de uso coletivo e locais destinados à realização de eventos institucionais. Trata-se, portanto, de itens de natureza essencial, cujo consumo é recorrente e diretamente proporcional à intensidade de uso de cada setor da instituição.

Atualmente, o fornecimento desses materiais é realizado por meio das Atas de Registro de Preços nº 15/2025, 16/2025 e 24/2025, celebradas no exercício de 2025, cujos prazos de vigência se encerrarão em 27/06/2026 e 29/07/2026. Nesse contexto, considerando a proximidade do término das referidas atas, torna-se imprescindível que a Administração promova, de forma tempestiva, o planejamento de uma nova contratação, de modo a garantir a continuidade do fornecimento e evitar a indisponibilidade de insumos vitais ao bom funcionamento do órgão.

É necessário perceber que a eventual ausência ou insuficiência desses materiais pode comprometer diretamente a execução das atividades institucionais, impactando negativamente a salubridade dos ambientes, a conservação do patrimônio público e a própria imagem institucional da Câmara. Por essa razão, o abastecimento adequado desses insumos



demonstra ser um ponto sensível da gestão administrativa, demandando acompanhamento contínuo e medidas preventivas. Nesse sentido, a Diretoria de Administração e Suprimentos tem atuado no monitoramento dos níveis de estoque e no controle do consumo, buscando mitigar riscos de desabastecimento.

Com vistas a subsidiar o planejamento da nova contratação, foi realizado um levantamento detalhado das rotinas de limpeza e conservação atualmente desenvolvidas, identificando-se os produtos utilizados em cada atividade, o quantitativo de profissionais envolvidos e as situações excepcionais capazes de alterar o fluxo de consumo normal, tais como a realização de eventos, solenidades ou cessão do espaço institucional para a realização de eventos privados.

Além disso, procedeu-se à análise das contratações realizadas nos últimos três anos, com o objetivo de se verificar a variação dos itens adquiridos e o histórico de consumo ao longo das execuções contratuais. Esses dados permitem estimar com maior precisão os quantitativos a serem demandados, conferindo maior segurança ao planejamento. Ressalta-se que, para boa parte dos materiais, foi identificado padrão de consumo estável e consolidado, o que contribui para maior previsibilidade nas futuras contratações. Porém, alguns dos itens apresentaram grandes variações de consumo ou até ausência de aquisições em determinados anos, fatos que serão pontualmente tratados na estimativa dos quantitativos futuros.

Por fim, destaca-se que a aquisição dos materiais deverá observar critérios de qualidade, segurança e conformidade com as normas sanitárias e ambientais aplicáveis, garantindo que os produtos utilizados não ofereçam riscos à saúde dos usuários nem ao meio ambiente, além de apresentarem desempenho adequado às finalidades a que se destinam.

Diante do exposto, evidencia-se que a presente contratação está diretamente relacionada à manutenção das atividades essenciais do órgão, sendo indispensável para o bom funcionamento da instituição e a adequada prestação dos serviços públicos à população.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O Plano de Contratações Anual (PCA) é um documento de planejamento que deve ser elaborado e publicado consolidando as contratações a serem efetuadas ou prorrogadas no exercício subsequente. A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações da Câmara Municipal de Divinópolis, disponível no PNCP através do endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/app/pca/23774227000190/2026> conforme detalhamento a seguir:

Número do item no PCA: 04

Classificação: 79 – Equipamentos e materiais para limpeza

Documento de Formalização de Demanda de Origem: DFD nº 004/2026 da Diretoria de Administração e Suprimentos, assinado com o certificado avançado da Betha Sistemas, e contemplado em sua totalidade nesta contratação.



4. ÁREA REQUISITANTE

A presente demanda está sendo solicitada pela Diretoria de Administração e Suprimentos da Câmara Municipal de Divinópolis, atualmente sob responsabilidade desta Diretora, Servidora Heloisa Aparecida Carvalho Ferreira.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para análise da necessidade que aqui se apresenta, em atendimento ao disposto no art. 18 da Lei 14.133/2021, foram realizadas pesquisas de mercado de forma a se identificar maneiras alternativas à simples aquisição direta dos produtos de limpeza demandados. Nesse contexto, foram identificadas as seguintes alternativas:

(1) Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de conservação e limpeza patrimonial com fornecimento integrado dos produtos de limpeza:

Uma das alternativas observadas consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento integrado dos materiais de limpeza.

Características do modelo:

Esse modelo apresenta como principal vantagem a centralização das responsabilidades contratuais, transferindo à contratada não apenas a execução dos serviços, mas também a gestão do fornecimento dos insumos necessários. Tal característica reduz significativamente a necessidade de gerenciamento de estoques por parte da Administração e pode facilitar a fiscalização da execução contratual. Este modelo de contratação pode ser adotado considerando a área a ser limpa, o número de profissionais envolvidos, rotinas de limpeza específicas previamente estabelecidas ou uma compilação destas opções, de acordo com a necessidade da contratante.

No entanto, essa solução também apresenta limitações relevantes que devem ser observadas. A contratação integrada pode impactar a competitividade do processo, uma vez que reduz o universo de empresas aptas a participar do certame. Além disso, em muitos casos, essa alternativa resulta em custos mais elevados, considerando que a empresa contratada deverá incorporar em suas despesas a gestão de múltiplos serviços, despesas estas que, geralmente, estarão embutidas no preço da contratação. Ademais, neste tipo de contrato a Administração passa a ter menor controle sobre a qualidade dos produtos utilizados, o que pode impactar a eficiência das atividades de limpeza.

É preciso ressaltar, ainda, que esta modalidade não se mostra aplicável no contexto atual da Câmara de Divinópolis, uma vez que o órgão já possui um contrato de fornecimento de mão de obra voltado aos serviços de limpeza e conservação e tal contrato não contempla o fornecimento de produtos.



(2) Contratação de empresa para fornecimento contínuo de produtos, com quantitativos e pagamento mensal fixo, adotando condições previamente acordadas:

Outra alternativa analisada consiste na contratação de fornecimento contínuo de materiais, com base em uma cesta de produtos previamente definida, contemplando quantitativos fixos e entregas periódicas em condições estabelecidas contratualmente

Características do modelo:

Esse modelo se destaca pela maior previsibilidade orçamentária e pela simplificação da gestão contratual, sendo mais adequado a contextos em que o consumo dos materiais apresenta comportamento estável e padronizado ao longo do tempo. Nessas situações, reduz-se a necessidade de controles operacionais mais complexos e facilita o planejamento das despesas.

Por outro lado, essa modalidade apresenta menor flexibilidade para adequações ao longo da execução contratual, podendo resultar na aquisição de quantitativos superiores ou inferiores à demanda real, especialmente em cenários de variação de consumo. Tal rigidez pode comprometer a eficiência do uso dos recursos públicos, além de gerar eventuais desperdícios ou necessidade de ajustes contratuais futuros.

(3) Aquisição individualizada dos produtos, com fornecimento parcelado durante a vigência contratual

Essa alternativa consiste na realização de processo licitatório para aquisição dos produtos de forma individualizada ou por lotes, com previsão de fornecimento parcelado ao longo da vigência contratual, conforme a demanda da Administração.

Características do modelo:

Nesse modelo, os quantitativos são previamente estimados, geralmente com base em consumo anual, sendo os fornecimentos realizados de forma gradual, conforme solicitações do órgão. Trata-se de solução que oferece maior flexibilidade em relação ao modelo de fornecimento contínuo com quantitativos fixos, permitindo ajustes ao longo da execução contratual.

Como contrapartida, essa modalidade exige maior capacidade de gestão por parte da Administração, especialmente no que se refere ao controle de estoques, planejamento de pedidos e disponibilidade de espaço físico para armazenamento. Além disso, eventuais imprecisões na estimativa inicial podem impactar a execução contratual.

Essa alternativa se mostra adequada em cenários nos quais a Administração possui histórico consolidado de consumo, possibilitando estimativas mais precisas e, eventualmente, a celebração de contratos com prazos mais longos, reduzindo a necessidade de novos procedimentos licitatórios em curtos intervalos.

(4) Registro de preços para aquisição individualizada dos produtos, com fornecimento sob demanda

Modalidade de contratação em que a Administração registra os preços dos produtos utilizados, para futuras e eventuais aquisições.



Características do modelo:

Esse modelo de contratação se mostra aderente à realidade de diferentes instituições por ser mais adequada para situações em que se tem uma maior incerteza ou instabilidade dos ciclos de consumo.

Embora exija um acompanhamento mais próximo da execução contratual por parte da Administração, para evitar quebras de estoque, essa alternativa proporciona maior flexibilidade operacional, permitindo ajustes conforme a necessidade efetiva do órgão e reduzindo a formação de grandes estoques. Desta forma, a aquisição dos produtos pode ser realizada de acordo com a efetiva necessidade de cada produto, reduzindo significativamente situações de gastos desnecessários.

Ressalta-se que essa modalidade foi adotada pela Câmara Municipal de Divinópolis nos últimos exercícios, tendo contribuído significativamente para o aprimoramento do conhecimento acerca dos padrões de consumo dos materiais. A experiência acumulada com sua utilização fornece subsídios relevantes para o planejamento da presente contratação, especialmente no que se refere à estimativa de quantitativos. Contudo, a manutenção desta modalidade de contratação se mostra pouco eficiente devido à necessidade de se realizar novas contratações anualmente, comprometendo a padronização de rotinas e fortalecimento das relações contratuais.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em análise técnica fundamentada, tomando como ponto de partida o histórico de consumo da Câmara Municipal de Divinópolis, a partir de dados extraídos das contratações realizadas nos últimos exercícios.

A Tabela I apresenta, de forma detalhada, os quantitativos contratados e efetivamente solicitados para cada item nos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

TABELA I HISTÓRICO ANUAL QUANTIDADE CONTRATADA x QUANTIDADE CONSUMIDA										
Item	Descrição	Unid.	2023		2024		2025		MÉDIA	
			Contratada	Solicitado	Contratada	Solicitado	Contratada	Solicitado	Contratada	Solicitado
1	ÁGUA SANITÁRIA (2lt)	Un	400	20	300	200	300	250	333	157
2	ÁLCOOL ETÍLICO 46º	Un	----	----	250	200	300	200	183	133
3	ÁLCOOL ETÍLICO 70º (1lt)	Un	400	200	----	----	----	0	133	67
4	ÁLCOOL ETÍLICO 70º (500ml)	Un	100	75	150	50	250	30	167	52
5	ÁLCOOL ETÍLICO GEL 70º (5lt)	Un	60	00	----	----	----	0	20	0
6	BALDE PARA LIMPEZA	Un	----	----	----	----	20	20	7	7
7	CERA LÍQUIDA PARA PISO (1Lt)	Un	200	14	----	----	10	0	70	5
8	CERA LÍQUIDA PARA PISO (5Lt)	Un	----	----	02	01	----	0	1	0
9	CESTO DE LIXO (65 Lts)	Un	----	----	10	00	10	0	7	0
10	COPOS DESCARTÁVEIS (200ml)	Pct	2000	2000	2000	1250	2500	1250	2167	1500
11	COPOS DESCARTÁVEIS (50ml)	Pct	----	----	----	----	1000	500	333	167
12	DESINFETANTE DE USO GERAL (2Lt)	Un	200	200	200	200	300	300	233	233
13	DETERGENTE LÍQUIDO	Un	300	300	300	300	350	350	317	317
14	ESCOVA MANUAL MULTIUSO	Un	----	----	15	11	15	6	10	6



15	ESCOVA PARA LOUÇAS	Un	----	----	15	10	15	5	10	5
16	ESPONJA LÃ DE AÇO (08 unidades)	Pct	50	50	50	50	50	50	50	50
17	ESPONJA SINTÉTICA MULTIUSO	Un	300	300	100	70	300	60	233	143
18	ESSÊNCIA CONCENTRADA	Un	50	50	50	35	50	50	50	45
19	FLANELA PARA LIMPEZA	Un	200	200	200	80	200	100	200	127
20	GUARDANAPO DE PAPEL	Pct	----	----	150	150	150	100	100	83
21	LIMPA CARPETE	Un	----	----	20	20	20	20	13	13
22	LIMPADOR MULTIUSO	Un	200	200	200	200	250	250	217	217
23	LIXEIRA DE PLÁSTICO (10 a 15 litros)	Un	10	00	10	00	10	10	10	3
24	LUVA MULTIUSO PARA LIMPEZA - P	Par	50	10	----	----	----	0	17	3
25	LUVA MULTIUSO PARA LIMPEZA - M	Par	50	35	60	00	60	0	57	12
26	LUVA MULTIUSO PARA LIMPEZA - G	Par	50	50	60	45	60	10	57	35
27	PÁ COLETORA DE LIXO	Un	----	----	20	20	20	0	13	7
28	PANO DE CHÃO	Un	150	130	150	50	200	160	167	113
29	PANO DE PRATO	Un	100	80	100	50	150	110	117	80
30	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO 300 M	Frd	200	115	110	50	200	130	170	98
31	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA 30M	Frd	250	----	80	50	100	60	60	37
32	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO	Frd	600	600	700	700	1000	900	767	733
33	PASTA PINHO	Un	200	200	200	150	200	150	200	167
34	RODO 40 cm	Un	20	02	10	05	15	12	15	6
35	RODO 60 cm	Un	20	05	15	00	15	0	17	2
36	SABÃO EM BARRA	Pct	50	50	50	45	80	30	60	42
37	SABÃO EM PÓ	Cx	60	40	60	60	80	80	67	60
38	SABONETE EM BARRA	Un	40	35	40	26	40	10	40	24
39	SABONETE LÍQUIDO ASSÉPTICO	Un	200	00	80	14	80	56	120	23
40	SACO DE LIXO 100 litros	Frd	100	20	100	30	150	30	117	27
41	SAPONÁCEO LÍQUIDO/CREMOSO	Un	150	100	150	60	150	80	150	80
42	TIRA LIMO	Un	----	----	----	----	50	50	17	17
43	VASSOURA DE PIAÇAÇA	Un	50	18	40	20	40	10	43	16
44	VASSOURA DE PELO	Un	30	03	20	00	20	10	23	4
45	VASSOURA SANITÁRIA	Un	10	05	15	00	20	20	15	8

Inicialmente, cumpre destacar que a definição do consumo efetivo não pode ser realizada por meio de simples apuração da média aritmética das quantidades solicitadas nos exercícios anteriores. Isso porque os dados históricos podem ter sido influenciados por fatores que não refletem, necessariamente, o padrão real de consumo do órgão.

Dentre esses fatores, podemos destacar: (1) a utilização de estoques remanescentes de exercícios anteriores; (2) variações na qualidade e eficiência dos produtos adquiridos, que impactam diretamente sua durabilidade e rendimento; (3) intercorrências contratuais, tais como atrasos de fornecimento, descontinuidade de itens ou encerramento antecipado de contratos. Tais variáveis podem distorcer a relação entre quantidade adquirida, solicitada e efetivamente consumida.

Dessa forma, os dados apresentados possuem caráter referencial, sendo utilizados como parâmetro inicial para identificação de padrões de consumo e variações relevantes entre os itens, não constituindo, isoladamente, critério suficiente para definição dos quantitativos a serem contratados.



Com o objetivo de conferir maior precisão à estimativa, procedeu-se, em etapa complementar, à realização de levantamento junto à equipe responsável pelos serviços de limpeza e conservação do órgão. Nessa fase, foram analisadas as rotinas operacionais, os produtos utilizados em cada atividade, o número de profissionais envolvidos, bem como o consumo médio semanal dos principais insumos. A Tabela II apresenta o resultado da estimativa realizada junto aos profissionais.

TABELA II ESTIMATIVA DE CONSUMO COM COLABORADORES											
RELAÇÃO DE PRODUTOS UTILIZADOS	Anexo Costa Rangel	Banheiros Costa Rangel	Cantina	Colaborador A*	Colaborador B*	Colaborador C*	Colaborador D*	Colaborador E*	Colaborador F*	Colaborador G*	Consumo Total estimado
	6 Salas Cozinha Arquivo Corredor	03 Banheiros		Banheiros Adm Banheiros Públicos Feminino	Banheiros Adm Banheiros Públicos Masculino	5 Salas Adm Plenário Plenarinho	5 Salas Adm GTO Plenário Corredor Escada	8 Gabinetes CAC Corredor	7 Gabinetes SL segurança Escada Portaria Protocolo Recepção	2 Gabinetes Presidência Área externa	
Detergente	104		208	26		52		52	104	52	598
Desinfetante	26	52		52	104						234
Alcool Liquido 1l	52		26	12		52	52	52	52	52	350
Alcool em Gel 500 ml Multiuso	26		26	52	26	26		26	26	26	0
Saponáceo Cremoso			26	52							234
Pasta Pinho – 2 Lts		52	12	26	52		26	26			78
Essência			12	12	26	12	12				194
Sabão em Pó - 500g		12	12	26	26						74
Água sanitária – 1lt		52	52	104	104	52					76
Sabão em barra	12		26		52						364
Sabonete Liquido – 5l		4			26						90
Limpa carpete							52				30
Tira Limo c/ cloro ativo – 1lt			12	26		26				12	52
Papel toalha – Frd					156						76
Papel Higiênico 300m – Frd					104						76
Papel Higiênico 30m – Frd					52						104
Bombril			52								52
Bucha	52		104	52	52	12	12	12	12	6	52
Rodo	2		2	2	2	2	2		2	1	314
Vassoura	2		2	2	2	2	2		2	1	15
Pano de Chão	12		12	12	12	12	12	12	6	12	15
Flanela	12		26	12	12	12	12	12	12	12	102
Pano de prato			26								122
Balde	1		1	1	1						26
Vassoura sanitária		1		12	10						4
Cesto de lixo		3		10	10						23
Saco lixo – Frd	2	2	2	12	12	4	4	5	5	4	23
											52

* Dados anonimizados
** Quantitativo estimado para consumo Anual

Adicionalmente, foram consideradas situações excepcionais capazes de impactar o consumo regular, tais como a realização de eventos institucionais, solenidades, aumento do fluxo de pessoas nas dependências da Câmara e a cessão de espaços para eventos externos, fatores que demandam reforço nas rotinas de limpeza.

É necessário destacar que os quantitativos estimados foram projetados considerando o período de 12 (doze) meses de vigência da contratação. Além disso, se considerou, a necessidade de manutenção permanente de um estoque mínimo de segurança para os itens de



consumo contínuo, especialmente aqueles essenciais à execução das rotinas diárias de limpeza e higienização. Tal medida visa prevenir desabastecimentos em caso de eventuais rescisões contratuais, oscilações no consumo ou intercorrências na execução contratual, garantindo assim a continuidade dos serviços e a manutenção das condições adequadas de salubridade das dependências do órgão.

A partir do cruzamento das informações históricas com os dados operacionais levantados junto às equipes responsáveis, foi possível estabelecer uma estimativa mais aderente à realidade do órgão, contemplando tanto o consumo ordinário quanto as variações previsíveis ao longo do período contratual. Ademais, foi realizada uma realocação dos recursos para complementação de itens considerados importantes para a nova contratação e retirada daqueles com fluxo de consumo baixo ou até inexistente.

Com base nessa metodologia, foram definidos os quantitativos e as especificações dos materiais a serem adquiridos, os quais encontram-se detalhados na Tabela III a seguir.

TABELA III DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTITATIVOS A SEREM CONTRATADOS			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ÁGUA SANITÁRIA, com ação bactericida/germicida. Composição: Hipoclorito de sódio, Água e teor de cloro ativo de 2 a 2,5%, frasco de 02 litros. Cor: Incolor, Aplicação: Lavagem e Alvejante de Roupas, limpeza de Banheiros, Pias e pisos Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	Un	300
2	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO, aspecto físico: LÍQUIDO, 46º INPM, embalagem de 01 litro Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	Un	250
3	ÁLCOOL em GEL, 70º INPM, embalagem plástica com 500gr, ação germicida e bactericida, aroma característico Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	Un	50
4	BALDE PARA LIMPEZA, fabricado em plástico reforçado, com alça de ferro, cor preta, capacidade mínima 12lts, apoio externo para as mãos no fundo.	Un	4
5	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS, Polipropileno(PP), aplicação em Líquidos frios e quentes, volume de 200 ml, acondicionados em caixa com 25 pacotes de 100 unidades. (Total de 2.500 copos/caixa). Adequado à Norma ABNT 14865.	Pct	1500
6	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS, Polipropileno(PP), aplicação em Líquidos frios e quentes, volume de 50 ml, acondicionados em caixa com 25 pacotes de 100 unidades. (Total de 2.500 copos/caixa). Adequado à Norma ABNT 14865.	pct	200
7	DESINFETANTE DE USO GERAL, concentrado, Solúvel em água, ação germicida e bactericida, acondicionado em embalagem 02 litros, de 1ª Linha, fragrância lavanda. Embalagem deverá conter as informações gerais do produto como: Orientações ao usuário, Composição e dados do fabricante Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	Un	250



8	DETERGENTE LÍQUIDO, lava louças, alta viscosidade com pH neutro (5,5-8,0), fórmula concentrada com tensoativos, biodegradável, Neutro. Alto poder desengordurante, Hipoalergênico, Aspecto físico Viscoso, Testado Dermatologicamente, embalagem plástica de 500 ml. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	Un	600
9	ESCOVA MANUAL MULTIUSO (lavagem de roupa), formato oval, cerdas em nylon, dimensões aprox. 13 x 7cm	Un	4
10	ESPONJA LÃ DE AÇO, pacotes com 08 unidades, 60g, utilizado para limpeza de utensílios domésticos	Pct	50
11	ESPONJA SINTÉTICA MULTIUSO formato retangular e dupla face, embalagem com 4 unidades, composição em espuma e fibra sintética verde e amarela	Pct	120
12	ESSÊNCIA CONCENTRADA PARA LIMPEZA, fragrância de eucalipto ou lavanda, frasco com 120 ml. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	Un	60
13	FLANELA PARA LIMPEZA, branca, 40x60cm, fabricada em tecido 100% algodão, material ultra macio, destinada para limpeza e polimento de moveis, bordas com acabamento em overlok	Un	130
14	GUARDANAPO DE PAPEL, branco neve, confeccionado em papel absorvente, macio, atóxico, folha simples texturizada 23x22 cm, Fabricado em fibras celulósicas não recicladas, embalagem com 100 guardanapos	Pct	80
15	LIMPA CARPETE, ação tira manchas e eliminação de odores, frasco com 500 ml. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	Un	26
16	LIMPADOR MULTIUSO, ação detergente e desengordurante, utilizado para limpeza de pisos e superfícies laváveis, solúvel em água, acondicionado em embalagem plástica de 500 ml, Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	Un	250
17	LIXEIRA DE PLÁSTICO, sem tampa, 15 litros, plástico reforçado, cor bege ou branca, formato cilíndrico	Un	10
18	LIXEIRA DE PLÁSTICO, polipropileno resistente, 100 litros, com tampa e alça, cor preta, dimensões aproximadas 57cm (diâmetro) x 78 cm Altura	Un	2
19	LUVA DE BORRACHA MULTIUSO PARA LIMPEZA, reforçada, utilizada para serviços gerais, antitranspirante, flexível e anatômica, resistente a produtos químicos, pacote contendo 01(um) par. Tamanho M	Par	12
20	LUVA DE BORRACHA MULTIUSO PARA LIMPEZA, reforçada, utilizada para serviços gerais, antitranspirante, flexível e anatômica, resistente a produtos químicos, pacote contendo 01(um) par, Tamanho G	Par	12
21	LUVA PARA LIMPEZA PESADA, antiderrapante, punho longo, forro interno, resistente a produtos químicos e agentes biológicos, pacote contendo 01 (um) par, Tamanho G	Par	24
22	PÁ COLETORA DE LIXO, base plástica e cabo longo rosqueável, comprimento mínimo 60 CM	Un	2
23	PANO DE CHÃO EXTRA GRANDE, Qualidade Premium, trama fechada, recomendado para limpeza pesada ou industrial, saco duplo, alvejado, tamanho 55cm X 80cm (ou superior), Tecido mínimo 85% Algodão, Alto poder de absorção e costura dupla nas bordas. Gramatura mínima 240g/m²	Un	130
24	PANO DE PRATO, liso, branco com acabamento em bainha (dobra de tecido) nos 4 lados, tecido macio e com alto poder de absorção, tamanho: 70cm x 50cm, 100% algodão. Gramatura mínima 180 g/m²	Un	30
25	PAPEL HIGIÊNICO, rolo institucional, fardo com 08 rolos, dimensões 10 cm (largura) por 300 metros, branco, folha simples, macio ou ultra macio, alta absorção, 100% celulose não reciclado	Frd	120



26	PAPEL HIGIÊNICO, de primeira linha, macio ou ultra macio, folha dupla de alta qualidade, neutro, 100% celulose não reciclado, picotado, embalagem de 04 rolos, com 30 metros cada, fardo total de 64 rolos (16X4).	Frd	60
27	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO de alta absorção, branca, fardo contendo 1.000 folhas, medida mínima 20x21 cm, 100% celulose, não reciclado, Gramatura: entre 19g/m² e 25g/m²	Frd	1000
28	PASTA PINHO, sabão pastoso concentrado para limpeza pesada. Alto poder desengordurante, ideal para limpeza de cozinhas, banheiros, áreas industriais e superfícies de difícil limpeza, como piso e azulejos. Frasco de 02 litros. Aspecto físico pastoso, biodegradável. Composição: Óleo Pinho, Tensoativo Aniônicos Embalagem deverá conter as informações gerais do produto como: Orientações ao usuário, Composição e dados do fabricante Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	Un	180
29	RODO 40 cm, cabo rosqueável com comprimento mínimo de 120 cm, base em material plástico resistente, lâmina dupla em borracha de alta qualidade	Un	10
30	SABÃO EM BARRA, glicerinado, neutro, contendo 5(cinco) barras, 180g cada. Deve conter na embalagem a informação testado dermatologicamente.	Pct	80
31	SABÃO EM PÓ, embalagem com no mínimo 800g. Composição: tensoativo aniônico, coadjuvantes, branqueador óptico, corantes, fragrância, carga e água. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa	Cx	80
32	SABONETE LÍQUIDO ASSEPTICO, com substância hidratante, alta viscosidade e espuma espessa, testado dermatologicamente, embalagem 5 litros, de 1ª linha, fragrancia floral ou erva doce Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa. Deve conter na embalagem a informação: "Dermatologicamente testado"	Un	40
33	SACO DE LIXO, cor preto, 100 lt, de 0,75 X 1,05 m reforçado, fardo c/ 100 un., de 1ª Linha. Espessura a partir de 0,08mm a 0,10mm	Frd	60
34	SACO DE LIXO, cor preto, 15lt, de 38X55 cm, reforçado, fardo c/ 100 un., de 1ª Linha.	Frd	60
35	SAPONÁCEO CREMOSO, aspecto físico pastoso, alto poder de limpeza e desengordurante, frasco com 250 ml, fórmula com tensoativo, biodegradável. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa.	Un	80
36	TIRA LIMO, limpador para banheiro com cloro ativo, ação germicida e bactericida, frasco com 500ml, alto poder de remoção de sujeira e gorduras Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa.	Un	60
37	VASSOURA DE PIAÇAVA, cerdas em piaçava, cabo de madeira plastificada com 120 cm, cepa de madeira com revestimento em metal, comprimento cepa 20, comprimento cerdas mínimo 15 cm	Un	10
38	VASSOURA DE PELO, cerdas em pelo sintético, cepa 40cm, cepa e cabo de madeira, cabo rosqueavel	Un	7
39	VASSOURA SANITÁRIA, sem suporte, cerdas em Nylon, corpo de limpeza em formato redondo, cabo em plástico resistente, tamanho 35 cm, Cor branca	Un	12



7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Com o intuito de se obter um parâmetro inicial para estimativa de preço para a futura contratação, tomou-se como referência os valores constante na tabela IV.

TABELA IV – Atualização de preços							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	REGISTRO DA ATA	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	ÍNDICE DE CORREÇÃO APLICADO	VALOR ATUALIZADO
01	ÁGUA SANITÁRIA	Un	300	07/2025	R\$ 6,79	2,81%	R\$ 6,98
02	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 46°	Un	250	07/2025	R\$ 7,22	2,81%	R\$ 7,42
03	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO GEL 70°	Un	30	07/2025	R\$ 6,02	2,81%	R\$ 6,19
04	BALDE PARA LIMPEZA	Un	4	06/2025	R\$ 13,26	3,08%	R\$ 13,67
05	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS	Pct	1500	06/2025	R\$ 3,71	3,08%	R\$ 3,82
06	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS	pct	200	06/2025	R\$ 1,75	3,08%	R\$ 1,80
07	DESINFETANTE DE USO GERAL	Un	250	07/2025	R\$ 4,08	2,81%	R\$ 4,19
08	DETERGENTE LÍQUIDO	Un	550	07/2025	R\$ 1,52	2,81%	R\$ 1,56
09	ESCOVA MANUAL MULTIUSO	Un	4	06/2025	R\$ 5,29	3,08%	R\$ 5,45
10	ESPONJA LÃ DE AÇO	Pct	50	06/2025	R\$ 1,65	3,08%	R\$ 1,70
11	ESPONJA SINTÉTICA MULTIUSO	Un	120	06/2025	R\$ 3,91	3,08%	R\$ 4,03
12	ESSÊNCIA CONCENTRADA	Un	60	07/2025	R\$ 8,54	2,81%	R\$ 8,78
13	FLANELA PARA LIMPEZA	Un	130	06/2025	R\$ 1,98	3,08%	R\$ 2,04
14	GUARDANAPO DE PAPEL	Pct	80	06/2025	R\$ 1,60	3,08%	R\$ 1,65
15	LIMPA CARPETE	Un	26	07/2025	R\$ 21,24	2,81%	R\$ 21,84
16	LIMPADOR MULTIUSO	Un	250	07/2025	R\$ 2,78	2,81%	R\$ 2,86
17	LIXEIRA DE PLÁSTICO 15 Lts	Un	10	06/2025	R\$ 15,64	3,08%	R\$ 16,12
18	LIXEIRA DE PLÁSTICO 65 Lts	Un	2	06/2025	R\$ 65,84	3,08%	R\$ 67,87
19	LUVA MULTIUSO PARA LIMPEZA - M	Par	12	06/2025	R\$ 7,77	3,08%	R\$ 8,01
20	LUVA MULTIUSO PARA LIMPEZA - G	Par	12	06/2025	R\$ 8,14	3,08%	R\$ 8,39
21	LUVA PARA LIMPEZA PESADA	Par	24	***	***	***	R\$ 22,90
22	PÁ COLETORA DE LIXO	Un	2	06/2025	R\$ 16,04	3,08%	R\$ 16,53
23	PANO DE CHÃO	Un	130	06/2025	R\$ 8,30	3,08%	R\$ 8,56
24	PANO DE PRATO	Un	30	06/2025	R\$ 2,17	3,08%	R\$ 2,24
25	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO 300 M	Frd	120	06/2025	R\$ 32,50	3,08%	R\$ 33,50
26	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA 30M	Frd	60	06/2025	R\$ 79,50	3,08%	R\$ 81,95
27	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO	Frd	800	06/2025	R\$ 9,90	3,08%	R\$ 10,20
28	PASTA PINHO	Un	180	07/2025	R\$ 8,50	2,81%	R\$ 8,74
29	RODO 40 cm	Un	10	06/2025	R\$ 6,41	3,08%	R\$ 6,61
30	SABÃO EM BARRA	Pct	80	07/2025	R\$ 7,36	2,81%	R\$ 7,57
31	SABÃO EM PÓ	Cx	80	07/2025	R\$ 8,08	2,81%	R\$ 8,31
32	SABONETE LÍQUIDO ASSEPTICO	Un	40	07/2025	R\$ 21,44	2,81%	R\$ 22,04
33	SACO DE LIXO 100 litros	Frd	60	06/2025	R\$ 49,90	3,08%	R\$ 51,44
34	SACO DE LIXO 15 litros	Frd	60	***	***	***	R\$ 24,90
35	SAPONÁCEO LÍQUIDO	Un	80	07/2025	R\$ 4,75	2,81%	R\$ 4,88
36	TIRA LIMO	Un	60	07/2025	R\$ 6,53	2,81%	R\$ 6,71
37	VASSOURA DE PIAÇA	Un	15	06/2025	R\$ 23,25	3,08%	R\$ 23,97
38	VASSOURA DE PELO	Un	5	06/2025	R\$ 8,52	3,08%	R\$ 8,78
39	VASSOURA SANITÁRIA	Un	12	06/2025	R\$ 3,81	3,08%	R\$ 3,93
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 43.950,83	

*** Itens não presentes nas contratações anteriores. Valor apurando em consulta a site de domínio amplo

Tais valores foram obtidos utilizando-se como referência os preços registrados nas Ata's



atualmente vigentes no órgão, ajustados por um índice de referência (IPCA-E). Tal medida permitiu trazer a valor presente os preços inicialmente pactuados, com uma atualização em função da inflação acumulada no período. Os índices de correção adotados foram obtidos por meio da *Calculadora do cidadão*, e foram baseados no período entre a data presente e o mês de celebração da Ata.

01/04/26, 15:21	BCB - Calculadora do cidadão	01/04/26, 15:24	BCB - Calculadora do cidadão
	Calculadora do cidadão		Calculadora do cidadão
Inicio → Calculadora do cidadão → Correção de valores	Acesso público 01/04/2026 - 15:21 [CALFW0302]	Inicio → Calculadora do cidadão → Correção de valores	Acesso público 01/04/2026 - 15:24 [CALFW0302]
Resultado da Correção pelo IPCA-E (IBGE)		Resultado da Correção pelo IPCA-E (IBGE)	
Dados básicos da correção pelo IPCA-E (IBGE)		Dados básicos da correção pelo IPCA-E (IBGE)	
Dados informados		Dados informados	
Data inicial	06/2025	Data inicial	07/2025
Data final	03/2026	Data final	03/2026
Valor nominal	R\$ 1,00 (REAL)	Valor nominal	R\$ 1,00 (REAL)
Dados calculados		Dados calculados	
Índice de correção no período	1,03078980	Índice de correção no período	1,02811670
Valor percentual correspondente	3,078980 %	Valor percentual correspondente	2,811670 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1,03 (REAL)	Valor corrigido na data final	R\$ 1,03 (REAL)

Acesso em 01/04/2026 - <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>

Desta maneira, o valor estimado para a nova contratação é de R\$ 43.950,83 (Quarenta e três mil, novecentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos).

Uma nova estimativa para o valor da contratação será feita em época oportuna, utilizando-se dos procedimentos e parâmetros da pesquisa de preço, nos moldes do art. 23 da Lei 14.133/2023 e decreto municipal nº15.500/2022.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os produtos objeto do presente ETP enquadram-se na classificação de bens comuns, conforme art 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/21, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

A aquisição deverá ser realizada mediante processo licitatório, conforme disposições da Lei nº 14.133/2021, tendo por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de materiais destinados à execução de serviços de limpeza e higienização. A contratação deverá observar requisitos mínimos de qualidade, desempenho e adequação ao uso, de modo a assegurar a eficiência das atividades de limpeza e conservação do patrimônio da Câmara Municipal de Divinópolis.

Em razão da diversidade de produtos disponíveis no mercado e da necessidade de assegurar a qualidade dos itens a serem adquiridos, deverá ser exigida, no julgamento das propostas, a apresentação de amostras para os seguintes produtos ofertados: Desinfetante, detergente, limpador multiuso, pasta pinho, sabão em barra, sabonete líquido, saponáceo cremoso, papel toalha, papel higiênico, pano de chão, pano de prato, flanela de limpeza, sacos de lixo, luvas de borracha, copos plásticos. Tal medida visa verificar a adequação dos materiais às especificações estabelecidas, evitando a aquisição de itens de baixa qualidade que possam comprometer a eficiência das rotinas de limpeza ou gerar aumento indireto de custos operacionais.



Os produtos a serem fornecidos deverão ser novos e estar devidamente lacrados e dentro do prazo de validade, além de atender integralmente às especificações técnicas a serem apresentadas no Edital e Termo de Referência, não sendo admitidos itens de qualidade inferior ou que não atendam às finalidades a que se destinam.

No que se refere aos requisitos sanitários e regulatórios, os produtos deverão, quando aplicável, possuir registro ou notificação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como atender às normas técnicas pertinentes, especialmente no que diz respeito à composição, rotulagem, prazo de validade e instruções de uso. Os produtos saneantes deverão observar integralmente a legislação sanitária vigente, de forma a garantir que não ofereçam riscos à saúde dos usuários ou ao meio ambiente.

A empresa contratada deverá comprovar, quando exigido pela legislação aplicável, a posse de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em situação regular, como condição para o exercício das atividades relacionadas ao fornecimento de produtos sujeitos à vigilância sanitária. A apresentação da AFE deverá ser obrigatória para os licitantes enquadrados nos termos da RDC nº16, de 1º de abril de 2014, do ministério da Saúde, a qual dispõe expressamente que:

Art. 3º A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais. [g. n.]

A Contratada deverá estar devidamente regulamentada e em conformidade com as determinações dos órgãos competentes pertinentes à sua área de atuação, incluindo legislação vigente do país, do Estado de Minas Gerais e do Município de Divinópolis, devendo, ainda, manter atualizadas as certificações de regularidade para com o INSS, FGTS e a Fazenda Municipal e trabalhista.

A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo de até 10 dias úteis, contados da formalização do pedido, mediante envio através de e-mail da solicitação de fornecimento, e deverá ser entregue no anexo da Câmara Municipal de Divinópolis, situada na Av. Antônio Olímpio de Moraes, nº. 545 – 2º. Sobreloja, Edifício Costa Rangel - Centro, Divinópolis, no horário de 12h00min às 18h00min, sem custos adicionais. Ressalta-se que o horário e o local da entrega poderão ser alterados, a critério da Contratante, mediante aviso formal enviado à Contratada.

A contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Caso o material seja rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contratadas, deve ser substituído no prazo de até 05(cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os produtos deverão possuir prazo de validade de, no mínimo 06 (seis) meses,



contados a partir da data de entrega, dispensada esta condição para itens passíveis de validade indeterminada, conforme legislação vigente.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Pelas especificidades já discutidas neste ETP e considerando o atual contexto operacional da Câmara de Divinópolis, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento às necessidades da Instituição é a Contratação de empresa especializada para fornecimento de produtos de limpeza e higienização, com adjudicação por lote de itens e fornecimento parcelado ao longo da vigência contratual.

A escolha dessa solução fundamenta-se, principalmente, na necessidade de conciliar flexibilidade operacional, eficiência na gestão de estoques e racionalização dos recursos públicos. Diferentemente dos modelos de fornecimento com quantitativos fixos ou da contratação integrada com serviços de limpeza, a solução adotada permite que os fornecimentos sejam realizados de forma escalonada, conforme a demanda efetiva do órgão, reduzindo riscos de desabastecimento ou aquisição excessiva de materiais.

Além disso, a adjudicação por lote mostra-se mais adequada ao contexto da contratação, considerando o reduzido quantitativo individual de grande parte dos itens e seu baixo valor unitário. Essa estratégia contribui para a viabilidade econômica do fornecimento, especialmente no que se refere aos custos logísticos, evitando que a fragmentação excessiva dos itens comprometa a competitividade e a execução contratual.

A contratação deverá ser formalizada por meio de instrumento contratual, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, com vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada sucessivamente, até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme disposto nos arts. 106 e 107 da referida lei, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração.

Os itens a serem fornecidos serão analisados com base em critérios diversos, de acordo com o tipo de produto, podendo englobar: poder de limpeza, fragrância, durabilidade e segurança aos usuários, e deverão ser entregues, em embalagens adequadas para preservar sua qualidade. Como já é comum na rotina do órgão, será incentivado o consumo consciente dos materiais, evitando o desperdício e assegurando o descarte adequado dos resíduos.

No âmbito da gestão contratual, caberá à Diretoria de Administração e Suprimentos o controle e acompanhamento dos estoques, de forma a garantir o abastecimento contínuo dos materiais necessários às rotinas de limpeza. Para tanto, será adotada política de manutenção de estoque mínimo de segurança, considerando o histórico de consumo, a identificação de itens críticos, as variações sazonais de demanda, os prazos logísticos de fornecimento e a necessidade de mitigação de riscos associados a eventuais atrasos na entrega.

As solicitações de fornecimento serão emitidas trimestralmente, considerando o fluxo de consumo e os estoques existentes de cada produto.



A contratada deverá assegurar o cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos, bem como fornecer produtos em perfeitas condições de uso, responsabilizando-se pela substituição imediata de itens que apresentem defeitos, inconformidades ou divergências em relação às especificações exigidas. As embalagens deverão estar íntegras, devidamente lacradas e conter informações claras quanto à identificação do produto, fabricante, data de fabricação, prazo de validade e orientações de uso e armazenamento, quando aplicável. Não serão aceitos produtos com prazo de validade incompatível com o consumo estimado da Administração.

Dessa forma, a solução adotada mostra-se tecnicamente adequada e alinhada às necessidades operacionais da Câmara Municipal de Divinópolis, proporcionando maior eficiência na gestão dos recursos públicos, segurança no abastecimento e flexibilidade para adequação às demandas reais do órgão ao longo da execução contratual.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Considerando exclusivamente a natureza do objeto a ser contratado, é possível depreender que a adjudicação dos produtos desta contratação poderia ser realizada por item, visto que o objeto é divisível e não há interdependência entre os materiais. Deste modo, à primeira vista, a adjudicação para fornecedores diversos não acarretaria prejuízos diretos ao conjunto da solução.

No entanto, é necessário perceber que alguns dos itens a serem adquiridos possuem valores unitários relativamente baixos e os quantitativos a serem solicitados a cada pedido efetuado pelo órgão, poderão ser reduzidos, impactando diretamente nos custos logísticos de fornecimento. Assim, é necessário ampliar a análise para todos os aspectos que envolvem toda a cadeia de contratação e execução do objeto.

Ademais, a administração deve considerar, também, os custos operacionais para a adequada gestão e fiscalização contratual, tornando inviável a celebração de múltiplos contratos. Desta forma, sugere-se que a presente licitação seja conduzida com julgamento **por grupo de produtos**, em substituição ao julgamento individualizado por item.

A decisão de adotar esta abordagem leva em consideração experiências adquiridas em contratações anteriores realizadas pelo órgão e a análise de diferentes fatores que visam garantir a eficiência, a continuidade e a viabilidade do fornecimento, sem comprometer a qualidade ou a competitividade do processo licitatório. Dentre as razões analisadas é possível destacar:

I - Custos operacionais e viabilidade logística de fornecimento: Uma das principais razões que justificam a opção pelo julgamento por grupos de itens é a questão logística. Alguns itens previstos nesta licitação possuem quantidades reduzidas e/ou preços baixos, razão pela qual, se considerado individualmente, poderia resultar em elevados custos de entrega para os fornecedores. Deste modo, caso o julgamento fosse realizado de forma individualizada, essa ação poderia inviabilizar o fornecimento em determinados casos, pois os fornecedores



vencedores de itens de pequeno valor, enfrentariam dificuldades operacionais e financeiras para atender a solicitações de entrega menores com a mesma eficiência. Dessa forma, ao organizar os itens em grupos, busca-se criar um equilíbrio entre a quantidade e o custo do fornecimento, tornando o processo mais atraente para os fornecedores e, consequentemente, mais competitivo.

II - Incentivo à participação de fornecedores e fortalecimento da competição: Ao adotar a metodologia de julgamento por grupos, o processo poderá atrair um maior interesse dos fornecedores, principalmente aqueles que possuem uma capacidade operacional que permita atender a um número mais amplo de itens. Assim, o julgamento por grupo de itens pode ampliar as oportunidades para os fornecedores e fomentar um ambiente mais atrativo, gerando melhores condições de negociação e preços mais vantajosos para a Administração Pública. Essa abordagem contribui para a eliminação de barreiras que poderiam limitar a participação de fornecedores em razão das dificuldades logísticas associadas ao fornecimento de itens isolados, com quantidades e valores mais baixos.

III - Eficiência na execução do contrato e redução de riscos: O agrupamento de itens reduz a fragmentação do fornecimento e permite um planejamento mais eficiente da execução e gestão contratual. Quando o fornecimento é realizado de forma concentrada em lotes, geralmente há uma maior estabilidade nas relações entre Contratante e Contratada, o que contribui para a redução de riscos associados a falhas como atrasos ou não entrega dos produtos. Além disso, a redução da quantidade de contratos ou ordens de fornecimento a serem gerenciadas pela Administração Pública reduz consideravelmente a carga de trabalho administrativo associada à contratação e permite uma simplificação na fiscalização e no acompanhamento da execução contratual.

IV - Garantia de fornecimento contínuo e equilíbrio econômico-financeiro: A distribuição dos produtos em lotes também contribui para o equilíbrio financeiro ao longo do contrato, uma vez que, adotando um grupo de itens, eventuais aumentos nos custos isolados de aquisição de determinados produtos pelo fornecedor poderão ser compensados com a redução em outros, garantindo assim um equilíbrio econômico-financeiro e assegurando que as condições contratuais permaneçam vantajosas para o Contratado, evitando assim, eventuais riscos de quebras de contrato ou pedidos de repactuação.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem como objetivo assegurar o fornecimento contínuo e adequado de materiais de limpeza e higienização, contribuindo diretamente para a manutenção das condições de salubridade, organização e conservação das dependências da Câmara Municipal de Divinópolis.

Como resultado esperado, pretende-se:



- Garantir a continuidade das rotinas de limpeza e conservação, evitando desabastecimentos que possam comprometer o funcionamento das atividades institucionais e o atendimento ao público;
- Garantir um dimensionamento adequado do objeto do contrato a fim de se evitar desperdícios e mau uso da verba pública;
- Prover bem-estar ao cidadão que diariamente busca atendimento na Câmara Municipal e poderá usufruir de um ambiente limpo e salubre para atendimento às suas demandas;
- Promover maior eficiência na gestão dos recursos públicos, por meio da aquisição de produtos com melhor relação custo-benefício;
- Melhoria da gestão de estoques, considerando que o modelo de fornecimento parcelado permitirá maior controle e padronização sobre o consumo dos materiais, reduzindo a necessidade de armazenagem excessiva ou perdas por vencimento ou deterioração.
- Proporcionar melhores condições de trabalho aos profissionais responsáveis pela limpeza e conservação, mediante o fornecimento de produtos adequados, seguros e eficientes, impactando positivamente a qualidade dos serviços prestados.
- Padronização de rotinas e redução da carga administrativa necessária para a elaboração de processos licitatórios para Registros de Preços anualmente.

Dessa forma, a contratação contribui não apenas para o atendimento de uma necessidade operacional, mas também para o aprimoramento da gestão administrativa, a economicidade dos recursos públicos e a melhoria contínua dos serviços prestados à população.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A presente contratação deverá ser precedida de processo licitatório, em observância à Lei nº 14.133/2021.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

A contratação em questão está diretamente relacionada à Contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra para prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação, atualmente em adotado pela Câmara Municipal de Divinópolis por meio do contrato 01/2022. Assim, essa contratação deverá operar de forma complementar e simultânea, visando alcançar a máxima eficiência e aproveitamento das soluções adotadas.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE

A presente contratação envolve o fornecimento de materiais de limpeza e higienização, os quais, em sua maioria, possuem composição química potencialmente impactante ao meio ambiente, especialmente no que se refere ao descarte inadequado de resíduos e embalagens.



Diante disso, a Administração deverá adotar medidas que visem à mitigação dos impactos ambientais decorrentes da utilização desses produtos, promovendo práticas sustentáveis tanto na aquisição quanto no uso dos materiais.

Nesse contexto, recomenda-se que, sempre que possível, sejam priorizados produtos que apresentem menor agressividade ao meio ambiente e à saúde dos usuários, tais como aqueles com formulações biodegradáveis, com redução de substâncias tóxicas em sua composição ou que atendam a padrões ambientais reconhecidos. Adicionalmente, deverá ser incentivado o fornecimento de produtos acondicionados em embalagens recicláveis ou reutilizáveis, bem como a adoção de práticas que reduzam a geração de resíduos, como o fornecimento de produtos concentrados, quando tecnicamente viável.

No âmbito da execução contratual, a contratada deverá observar as normas ambientais vigentes quanto ao transporte, armazenamento e, quando aplicável, à destinação final de resíduos, responsabilizando-se por eventuais danos causados ao meio ambiente em decorrência de sua atuação.

Internamente, a Câmara Municipal de Divinópolis deverá promover o uso racional dos materiais adquiridos, por meio da conscientização dos usuários e da equipe responsável pela limpeza, evitando desperdícios e contribuindo para a redução do consumo desnecessário.

Ressalta-se que as diretrizes de sustentabilidade aqui estabelecidas possuem caráter orientativo e deverão ser observadas sempre que compatíveis com a economicidade e a viabilidade técnica da contratação, de modo a não restringir indevidamente a competitividade do certame.

15. MAPEAMENTO DE RISCOS

O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. O mapeamento dos riscos identificados neste processo será apresentado em documento específico, anexo a este ETP.

16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas análises realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se plenamente viável. A solução escolhida mostrou ser a alternativa mais adequada ao contexto da Câmara Municipal de Divinópolis, permitindo melhorias na gestão dos estoques, adequações às variações de demanda e consistência na padronização de rotinas e controle de gastos.

Foram observados os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, especialmente no que se refere às normas sanitárias e ambientais, garantindo que a contratação atenda às exigências da legislação vigente, inclusive quanto à segurança dos usuários e à redução de impactos ambientais.



Assim, considerando a importância dos materiais pretendidos para a manutenção das atividades institucionais conclui-se pela viabilidade da contratação.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

Integram este Estudo Técnico Preliminar, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I – Mapa de Gerenciamento de Riscos

Divinópolis, 24 de abril de 2026.

Heloisa Aparecida Carvalho Ferreira

Diretoria de Administração e Suprimentos

De acordo.

Flávio Ramos de Assis Pereira

Secretário-Geral

Assinantes

**Heloisa Aparecida Carvalho Ferreira**

Assinou em 30/04/2026 às 18:31:10 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.020.366-**

Eu, Heloisa Aparecida Carvalho Ferreira, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

**Flavio Ramos De Assis Pereira**

Assinou em 04/05/2026 às 15:29:15 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.876.376-**

Eu, Flavio Ramos De Assis Pereira, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

MY6**XR8****PRW****368**



MINUTA DO CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº /2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG**, inscrita no CNPJ nº 23.774.227/0001-90, com sede na Rua São Paulo, 277, Centro, Divinópolis/MG, CEP 35500-006, adiante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Presidente, Vereador _____ e a empresa _____, adiante denominada CONTRATADA, representada por seu representante legal _____, celebram o presente Termo de Contrato, decorrente do processo licitatório nº _____ sob a regência da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e legislação pertinente, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1.** Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais destinados à execução de serviços de limpeza e higienização, para uso na rotina diária de limpeza e conservação do patrimônio da Câmara Municipal de Divinópolis, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2.** São anexos a este instrumento e vinculam a eventual contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1.** O Termo de Referência que embasou esta contratação;
 - 1.2.2.** Edital
 - 1.2.3.** A Proposta da Contratada;
 - 1.2.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados



2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços, as especificações dos produtos, as quantidades de cada item, as marcas, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que se seguem:

Grupo 1						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ÁGUA SANITÁRIA, com ação bactericida/germicida. Composição: Hipoclorito de sódio, Água e teor de cloro ativo de 2 a 2,5%, frasco de 02 litros. Cor: Incolor, Aplicação: Lavagem e Alvejante de Roupas, limpeza de Banheiros, Pias e pisos Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa		Un	300		
02	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO, aspecto físico: LIQUIDO, 46° INPM, embalagem de 01 litro Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa		Un	250		
03	ÁLCOOL em GEL, 70° INPM, embalagem plástica com 500gr, ação germicida e bactericida, aroma característico Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa		Un	50		
04	DESINFETANTE DE USO GERAL, concentrado, Solúvel em água, ação germicida e bactericida, acondicionado em embalagem 02 litros, de 1ª Linha, fragrância lavanda ou floral. Embalagem deverá conter as informações gerais do produto como: Orientações ao usuário, Composição e dados do fabricante Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa		Un	250		
05	DETERGENTE LÍQUIDO, lava louças, neutro, fórmula concentrada com tensoativos, biodegradável, Neutro Alto poder desengordurante, Hipoalergênico, Aspecto físico Viscoso, Testado Dermatologicamente, embalagem plástica de 500 ml. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa		Un	600		
06	Essência Concentrada para limpeza, fragrância floral ou lavanda, frasco 120 ml Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa		Un	60		
07	LIMPA CARPETE, ação tira manchas e eliminação de odores, limpeza a seco de carpetes e estofados, frasco com 500 ml.		Un	26		



	Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa					
08	LIMPADOR MULTIUSO, ação detergente e desengordurante, utilizado para limpeza de pisos e superfícies laváveis, solúvel em água, acondicionado em embalagem plástica de 500 ml, Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa		Un	250		
09	PASTA PINHO, sabão pastoso concentrado para limpeza pesada. Alto poder desengordurante, ideal para limpeza de cozinhas, banheiros, áreas industriais e superfícies de difícil limpeza, como piso e azulejos. Frasco de 02 litros. Aroma agradável, Aspecto físico pastoso, biodegradável. Composição: Óleo Pinho, Tensoativo Aniônicos Embalagem deverá conter as informações gerais do produto como: Orientações ao usuário, Composição e dados do fabricante Acondicionada em Embalagem original do Fabricante, Com dados do Responsável Técnico, Lote, Data de Fabricação, Validade, Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa		Un	180		
10	SABÃO EM BARRA, glicerinado, neutro, contendo 5(cinco) barras, 180g cada. Deve conter na embalagem a informação testado dermatologicamente.		Pct	80		
11	SABÃO EM PÓ, embalagem com no mínimo 800g. Composição: tensoativo aniônico, coadjuvantes, branqueador óptico, corantes, fragrância, carga e água. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa		Cx	80		
12	SABONETE LÍQUIDO ASSÉPTICO, com substância hidratante, alta viscosidade e espuma espessa, testado dermatologicamente, embalagem 5 litros, de 1ª linha, fragrância floral ou erva doce Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa. Deve conter na embalagem a informação: "Dermatologicamente testado"		Un	40		
13	SAPONÁCEO CREMOSO, aspecto físico pastoso, alto poder de limpeza e desengordurante, frasco com 250 ml, fórmula com tensoativo, biodegradável. Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa.		Un	80		
14	TIRA LIMO, limpador para banheiro com cloro ativo, ação germicida e bactericida, frasco com 500ml, alto poder de remoção de sujeira e gorduras Acondicionada em Embalagem lacrada original do Fabricante, Com dados Técnicos, Lote, Data de Fabricação, Validade. Autorizado pelo Ministério da Saúde e com Registro na Anvisa.		Un	60		
TOTAL ESTIMADO GRUPO 1					R\$	



Grupo 2

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	BALDE PARA LIMPEZA, fabricado em plástico reforçado, com alça de ferro, cor preta, capacidade mínima 12lts, apoio externo para as mãos no fundo.		Un	4		
16	ESCOVA MANUAL MULTIUSO (lavagem de roupa), formato oval, cerdas em nylon, dimensões aprox. 13 x 7cm		Un	4		
17	ESPONJA LÃ DE AÇO, pacotes com 08 unidades, 60g, utilizado para limpeza de utensílios domésticos		Pct	50		
18	ESPONJA SINTÉTICA MULTIUSO formato retangular e dupla face, embalagem com 4 unidades, composição em espuma e fibra sintética verde e amarela		Un	120		
19	FLANELA PARA LIMPEZA, branca, 40x60cm, fabricada em tecido 100% algodão, material ultra macio, destinada para limpeza e polimento de moveis, bordas com acabamento em overlok		Un	130		
20	LIXEIRA DE PLÁSTICO, sem tampa, 15 litros, plástico reforçado, cor bege ou branca, formato cilíndrico		Un	10		
21	LIXEIRA DE PLÁSTICO, polipropileno resistente, 100 litros, com tampa e alça, cor preta, dimensões aproximadas 57cm (diâmetro) x 78 cm Altura		Un	2		
22	LUVA DE BORRACHA MULTIUSO PARA LIMPEZA, reforçada, utilizada para serviços gerais, antitranspirante, flexível e anatômica, resistente a produtos químicos, pacote contendo 01(um) par. Tamanho M		Par	12		
23	LUVA DE BORRACHA MULTIUSO PARA LIMPEZA, reforçada, utilizada para serviços gerais, antitranspirante, flexível e anatômica, resistente a produtos químicos pacote contendo 01(um) par. Tamanho G		Par	12		
24	LUVA PARA LIMPEZA PESADA, antiderrapante, punho longo, forro interno, resistente a produtos químicos e agentes biológicos, pacote contendo 01 (um) par, Tamanho G - CA25313		Par	24		
25	PÁ COLETORA DE LIXO, base plástica e cabo longo rosqueável, comprimento mínimo 60 CM		Un	2		
26	PANO DE CHÃO EXTRA GRANDE, Qualidade Premium, trama fechada, recomendado para limpeza pesada ou industrial, saco duplo, alvejado, tamanho 55cm X 80cm (ou superior), Tecido mínimo 85% Algodão, Alto poder de absorção e costura dupla nas bordas. Gramatura mínima 240g/m²		Un	130		
27	PANO DE PRATO, liso, branco com acabamento em bainha (dobra de tecido) nos 4 lados, tecido macio e com alto poder de absorção, tamanho: 70cm x 50cm, 100% algodão. Gramatura mínima 180 g/m²		Un	30		
28	RODO 40 cm, cabo rosqueável com comprimento mínimo de 120 cm, base em material plástico resistente, lâmina dupla em borracha de alta qualidade		Un	10		
29	SACO DE LIXO, cor preto, 100 lt, de 0,75 X 1,05 m reforçado, fardo c/ 100 un., de 1ª Linha. Espessura a partir de 0,08mm a 0,10mm		Frd	60		
30	SACO DE LIXO, cor preto, 15lt, de 38X55 cm, reforçado, fardo c/ 100 un., de 1ª Linha.		Frd	60		
31	VASSOURA DE PIAÇAVA, cerdas em piaçava, cabo de madeira plastificada com 120 cm, cepa de madeira com revestimento em metal, comprimento cepa 20, comprimento cerdas mínimo 15 cm		Un	10		



32	VASSOURA DE PELO, cerdas em pelo sintético, cepa 40cm, cepa e cabo de madeira		Un	7		
33	VASSOURA SANITÁRIA, sem suporte, cerdas em Nylon, corpo de limpeza em formato redondo, cabo em plástico resistente, tamanho 35 cm, Cor branca		Un	12		
TOTAL ESTIMADO GRUPO 2					R\$	

Grupo 3						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
34	PAPEL HIGIÊNICO, rolo institucional, fardo com 08 rolos, dimensões 10 cm (largura) por 300 metros, branco, folha simples, macio ou ultra macio, alta absorção, 100% celulose não reciclado		Frd	120		
35	PAPEL HIGIÊNICO, de primeira linha, macio ou ultra macio, folha dupla de alta qualidade, neutro, 100% celulose não reciclado, picotado, embalagem de 04 rolos, com 30 metros cada, fardo total de 64 rolos (16X4).		Frd	60		
36	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO de alta absorção, branca, fardo contendo 1.000 folhas, medida mínima 20x21 cm, 100% celulose, não reciclado, Gramatura: entre 19g/m² e 25g/m²		Frd	1000		
37	GUARDANAPO DE PAPEL, branco neve, confeccionado em papel absorvente, macio, atóxico, folha simples texturizada 23x22 cm, Fabricado em fibras celulósicas não recicladas, embalagem com 100 guardanapos		Pct	80		
TOTAL ESTIMADO GRUPO 3					R\$	

Grupo 4						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
38	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS, Polipropileno(PP), aplicação em Líquidos frios e quentes, volume de 200 ml, acondicionados em caixa com 25 pacotes de 100 unidades. (Total de 2.500 copos/caixa). Adequado à Norma ABNT 14865.		Pct	1500		
39	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS, Polipropileno(PP), aplicação em Líquidos frios e quentes, volume de 50 ml, acondicionados em caixa com 25 pacotes de 100 unidades. (Total de 2.500 copos/caixa). Adequado à Norma ABNT 14865.		pct	200		
TOTAL ESTIMADO GRUPO 4					R\$	

2.2. As quantidades especificadas na tabela acima se referem ao limite máximo a ser consumido anualmente.

2.3. A qualidade e especificações da cada item, assim como prazo de validade e outros



requisitos, deverão atender as especificações do Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 3.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do instrumento contratual, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observada a vigência máxima de 10 (dez) anos, conforme disposto no art. 107 da mesma lei.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 4.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 5.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

- 6.1.** O valor total da contratação é de R\$...... (.....).
- 6.2.** No valor informado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

- 7.1.** O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada ou por meio de boleto bancário.
- 7.2.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber.
- 7.3.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e



contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

- 7.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.
- 7.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

- 8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/05/2026.
- 8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do IPCA-e ou outro índice que o venha a substituir, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8. O reajuste será realizado por simples apostila, na forma do art. 136, da Lei nº 14.133, de 2021.



9. CLÁUSULA NOVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- 9.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3.** Propiciar todas as facilidades para que a Contratada possa fornecer o objeto dentro das normas e condições deste Contrato;
- 9.1.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;
- 9.1.5.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.1.6.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.1.7.** Comunicar a Contratada para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, na forma do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.8.** Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato;
- 9.1.9.** Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste contrato;
- 9.1.10.** Cientificar a Procuradoria da Câmara Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- 9.1.11.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - a)** a Contratante terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.1.12.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 9.1.13.** Quando cabível, notificar os responsáveis pela emissão das garantias do contrato quanto ao início de processo administrativo para apuração de



descumprimento de cláusulas contratuais pela Contratada.

- 9.1.14.** A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada junto a terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de conduta da Contratada, seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.1.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto do contrato, aplicadas as regras do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 10.1.2.** Entregar o objeto solicitado pela Contratante nas condições acordadas;
 - 10.1.3.** Comunicar ao contratante, antecipadamente, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto e a devida comprovação;
 - 10.1.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 10.1.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas e no prazo fixado pelo fiscal do contrato, no total ou em parte, os objetos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, responsabilizando-se também por todos os danos decorrentes da execução contratual, inclusive aqueles causados à Administração ou a terceiros, sem que essa responsabilidade se restrinja à fiscalização ou ao acompanhamento contratual pela Contratante, que poderá, quando cabível, descontar dos pagamentos devidos ou da garantia contratual o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 10.1.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar à fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - a)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c)** certidões que comprovem regularidade perante a Fazenda Estadual e



Municipal do domicílio ou sede da Contratada;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 10.1.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras previstas em legislação específica, restando estabelecido que sua inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante e nem pode onerar o objeto do contrato;
- 10.1.8.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução contratual;
- 10.1.9.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que se afaste da normalidade ou acidente que se verifique no local de execução contratual.
- 10.1.10.** Prestar os esclarecimentos solicitados e informar imediatamente à Contratante qualquer fato ou anormalidade que possa comprometer o bom andamento ou o resultado da execução contratual.
- 10.1.11.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.1.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.1.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 10.1.14.** Comprovar quando solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 10.1.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.1.16.** Assumir a responsabilidade por qualquer erro no cálculo dos quantitativos em sua proposta, incluindo os custos variáveis devido a fatores futuros e incertos, e fornecer complementação, se necessário, para garantir o cumprimento do objeto do contrato, exceto nos casos listados no art. 124, II, d, da Lei 14.133/2021.
- 10.1.17.** Cumprir com as determinações normativas vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como com as normas de segurança da Contratante;



- 10.1.18.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.1.19.** Fornecer os produtos de acordo com os prazos e condições estipuladas no termo de referência que fundamenta a contratação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PROTEÇÃO DE DADOS

- 12.1.** A partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, a empresa passa a ser obrigada a cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado.
- 12.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, vedado seu compartilhamento com terceiros, ressalvados com tratos específicos para tratamento de dados firmados de acordo com os ditames dessa Lei.
- 12.3.** A transferência internacional de dados somente será admitida nas hipóteses do art. 33 da LGPD e a empresa responderá legalmente caso desrespeite as disposições desta Lei.
- 12.4.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da empresa eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 12.5.** A Administração poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender os pedidos de comprovação eventualmente efetuados.
- 12.6.** Diante de eventual solicitação de titular de dados, a Contratada deverá prestar as informações a que alude o art. 9º da LGPD ou, em sendo o caso, informação acerca do descarte realizado.
- 12.7.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente



aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos; os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e da Portaria n.º CM-060/2025, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Contratante, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) impedimento de licitar e contratar com a administração, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 13.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 13.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição



de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) multa:

1. moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
2. moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
3. compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

- 13.2.1.** O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato motivada por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme art. 137, I da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.3.** A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.4.** Todas as sanções previstas no contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações devidas forem superiores ao valor do pagamento devido à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será objeto de cobrança, inclusive por via judicial (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.4.3.** Previamente ao encaminhamento do débito para cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente em favor da Contratante, no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure à Contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar com a administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.
- 13.6.** Na aplicação das sanções serão considerados:



- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.7.** Os atos descritos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou na legislação pertinente, que também sejam tipificados como infrações pela Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados em conjunto, nos mesmos autos, observado o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei nº 12.846, de 2013 e na Portaria n.º CM-060/2025.
- 13.8.** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito, para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.9.** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar com a administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 13.11.** Os débitos da Contratada para com a Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações não recolhidas, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela Contratante em decorrência deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com a Contratante.
- 13.12.** Eventual descumprimento ou inadimplemento parcial das obrigações, isto é, referente a quantidade de itens inferior à total, será considerado como inadimplemento restrito àquele(s) item(ns) específico(s), não implicando, automaticamente, a caracterização de inadimplemento global do contrato em relação



aos demais itens regularmente executados.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto. Caso as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração tomar as providências necessárias pelo descumprimento do ajustado, além de promover a readequação do cronograma previsto.
- 14.2.** Quando a impossibilidade de conclusão do contrato decorrer de culpa da Contratada ficará ele constituído em mora, autorizando-se a aplicação das respectivas sanções administrativas.
- 14.3.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo fixado, por incursão num dos motivos descritos no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, ou amigavelmente, assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- 14.3.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também as disposições dos artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.3.2.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de executar o contrato.
- 14.3.2.1** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, caberá à Contratante formular termo aditivo para formalização da alteração subjetiva das partes no contrato.
- 14.4.** O termo de rescisão do contrato, sempre que possível, será precedido:
- 14.4.1.** de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.4.2.** de relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.4.3.** de indenizações e multas.
- 14.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório desde que o requerimento seja formulado no curso da vigência do ajuste (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.6.** O contrato ainda poderá ser extinto:
- 14.6.1.** Caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica,



comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- 14.6.2.** Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Divinópolis em dotação própria.

15.1.1. Função programática: 01.001.001.01.122.1010.2003 – Gestão das atividades Operacionais Gerais

15.1.2. Natureza da despesa: Ficha: 1193 – 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de consumo.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

- 16.1.** Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, em normas municipais e, subsidiariamente, segundo as disposições da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo da consideração dos princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

- 17.1.** Eventuais alterações do contrato reger-se-ão segundo as disposições do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. A Contratada é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.2.1. As alterações contratuais serão promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria da Câmara Municipal, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos.



- 17.3.** Registros que não caracterizam alteração em condições essenciais do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

- 18.1.** Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no seu respectivo sítio oficial na Internet, além de promover sua publicação no Diário Oficial do Município.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – FORO

- 19.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Divinópolis/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-